

EXPEDIENTE
Jornalista responsável: Walmor
Marcelino. Conselho de direção:
Rogério Lustosa, Bernardo Joffily,
Olivia Rangel, Dilair Aguiar.
Uma publicação da Editora Anita
Garibaldi Ltda. Rua Beneficência
Portuguesa, 44, Conj. 206, Tel. 228-5337.
CEP 01033. Redação: Rua Conselheiro
Ramalho, 501, Bela Vista.

Tribuna da Luta Operária

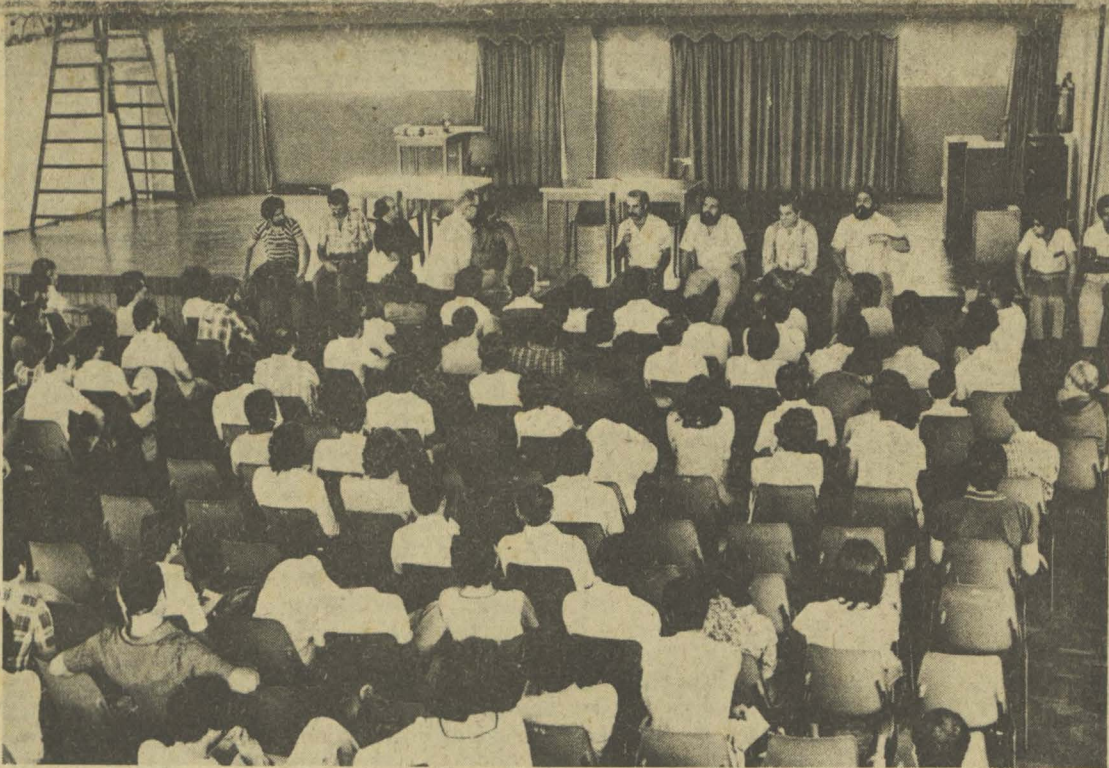
Nº 8, ANO I, DE 23 DE FEVEREIRO A 7 DE MARÇO DE 1980

PREÇO DE VENDA EM BANCAS: Cr\$ 10,00

Endereços: Rio de Janeiro: Rua
Joaquim Silva, 11, sala 307, Lapa,
CEP 20241. Minas Gerais: R. do Anel
Rodoviário, 335, Contagem,
CEP 30000. Bahia: Rua P. Vieira, 5,
sala 307, Salvador, CEP 40000.
Composto e impresso nas oficinas da
Cia. Ed. Jorúes, R. Gastão da
Cunha, 49, São Paulo - SP



A guerra pela terra



A campanha já começou. Reunião de 300 representantes de fábrica

ABC desafia novo arrocho

Página 4.

A classe operária e os partidos

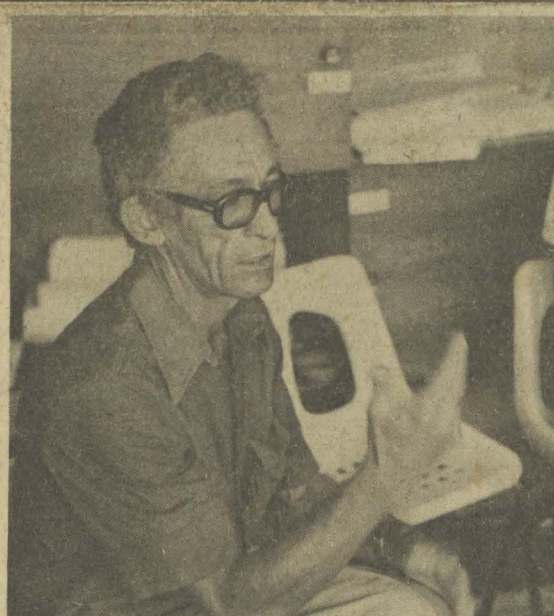
Página 3.

As decisões da UNE em Minas

Página 3.

Petroleiros em defesa do petróleo

Página 8



José Novaes pela reforma agrária

Líder camponês prega união com a classe operária. Entrevista na pág. 5.

Editorial

Os camponeses precisam do nosso apoio

Dedicamos a capa deste número da Tribuna Operária à "guerra pela terra". É um assunto que ganhou vulto em toda a imprensa. Que acaba de merecer um pronunciamento da Igreja. Que tira o sono dos genéreis.

A concentração da terra (0,8% das propriedades têm 42% da área ocupada) vai criando uma situação insuportável. Ela se dá com todo apoio do governo e em geral por meios violentos: derrubada de ranchos, incêndio de roças, tortura e assassinato de agricultores. Estes aprendem a defender-se, com as armas que têm. A tensão vai crescendo.

Esta é uma questão da maior importância para a nossa classe operária. Não só porque a grande maioria dos trabalhadores industriais brasileiros é formada por filhos do campo. Nem apenas pela revolta que os massacres de lavradores provocam. A aliança entre operários e camponeses tem ainda outras raízes, mais sólidas. O campesinato é uma classe trabalhadora e explorada, como o proletariado. Os lavradores, sobretudo os sem terra, são os maiores amigos dos operários.

E um bom amigo se conhece nos momentos difíceis, quando o inimigo ataca e a luta se acende. Como agora.

Ultimamente foram tomadas algumas iniciativas de aproximação do movimento operário com os camponeses. A intersindical, que agrupa os sindicatos urbanos mais atuantes do país, aprovou a reforma agrária como uma de suas bandeiras principais. O Movimento Contra a Carestia, nascido na periferia dos centros industriais, tem ajudado a despertar os pobres do campo e também batalha com insistência para que a terra pertença aos que a trabalham.

A verdade é que ainda há muito que fazer. O trabalhador da cidade está lutando. O do campo também. Mas estas lutas que têm tudo para se encontrar, ainda correm paralelas, às vezes sem nem ter notícia uma da outra. A classe operária tem o dever de tomar mais e mais iniciativas para estreitar a aliança com seus irmãos da lavoura. E isto em todos os terrenos: da propaganda, da troca de experiências, da solidariedade e da ajuda mútua, do apoio político, moral e material.

Quando os trabalhadores da roça e da fábrica derem-se as mãos, para valer, estará formada a base segura da unidade popular e democrática necessária para resolver os grandes problemas do país, desde a permanência do regime reacionário até o fim da posse da terra.



Apesar das pressões, os metroviários iniciam sua campanha

Luta salarial no Metrô

São Paulo — Os trabalhadores do Metrô estão em campanha salarial. No último dia 14 fizeram sua primeira assembleia, lotando o auditório do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários. Compareceram 500 pessoas, numa categoria de 4 mil funcionários e num horário em que pelo menos a metade deles estava em serviço. Isto sem contar que a direção da empresa tentou esvaziar a assembleia, divulgando boletins com falsos anúncios de aumento salarial.

Como todas as categorias que estão entrando em campanha, os metroviários enfrentam sérias dificuldades com a nova política salarial de Figueiredo-Delfim, a começar pela brutal confusão que ela implantou. Mas a assembleia

terminou aprovando por unanimidade uma proposta, equivalente a 15% além do INPC de março.

Os trabalhadores do Metrô são uma categoria nova e até hoje não foi decidido se eles pertencem ao Sindicato dos Carris Urbanos ou podem formar seu próprio sindicato. Alguns se filiaram ao Sindicato de Carris. Mas a maioria formou a AEMESP (Associação dos Empregados do Metrô de São Paulo), que pretende transformar-se em sindicato e está encabeçando a campanha salarial.

Contando com uma entidade livre de pelegos, respeitada e apoiada, os funcionários do Metrô têm uma arma afiada para enfrentar as pressões do governo, que considera o setor como "de segurança nacional".

Metalúrgicos de Campinas querem união com o ABC

Campinas, SP — Os metalúrgicos de Campinas fizeram a primeira assembleia de sua campanha e decidiram propor a unificação desta com as do ABC e outras cidades. Todos os 500 mil metalúrgicos do interior de São Paulo têm campanhas na mesma época. No entanto, no ano passado, a campanha unitária terminou gerando ressentimentos. Os operários do ABC foram à greve pelas reivindicações unitárias, enquanto as diretorias dos demais sindicatos preferiram recuar e assinaram o acordo com os patrões.

Em Campinas, porém, existe uma categoria bastante concentrada e numerosa (42 mil metalúrgicos), que deseja marchar ombro-a-ombro com os seus companheiros do ABC. E que este ano está disposta a não repetir os erros do passado, nem permitir que dirigentes acomodados emperrem sua ação.

Além da proposta de unificação, a assembleia levantou outras propostas: piso salarial de 8 mil cruzeiros; aumento de 65% sobre o salário-base de novembro (a ser confirmado na próxima assembleia); unificação da data-base de todos os sindicatos do Estado.

Formou-se também uma comissão aberta para organizar a categoria na luta pelas suas reivindicações.



O povo de Maceió reagiu à repressão e ocupou a praça para protestar

Protesto de 5 mil contra a ditadura em Alagoas

Maceió, AL — O ato público do último dia 8, contra a "tarifa do lixo" que o prefeito Fernando Collor (filho do bionício Arnon de Mello) quer obrigar a população a pagar, transformou-se no maior grito contra a ditadura havido na capital de Alagoas desde março de 1964. E a

causa foi a violenta repressão policial que se abateu contra os mais de 5 mil pacíficos manifestantes. Com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e escudos, mais de mil PMs e centenas de agentes da SSP foram usados para reprimir a manifestação, que

coincidiu com a visita do ministro Abi-Ackel, da Justiça, a Maceió. O povo foi tomado por um início de pânico. Mas logo se recuperou e reagiu aos gritos de "abaixo a ditadura", o "o povo unido jamais será vencido" e "abaixo a repressão". (do Correspondente de Maceió).

Caravana da comunidade põe prefeito em apuros

Fortaleza, CE — Mil e duzentas pessoas, com faixas e cartazes, atravessam a capital cearense em passeata, rumo à Prefeitura. É a segunda "Caravana da União das Comunidades", que vai cobrar do prefeito Lúcio Alcântara o atendimento de suas reivindicações: água, luz, transporte, escola, posto de saúde, telefone público, calçamento, esgoto para o povo pobre da periferia.

O clima é de otimismo. Algumas das reivindicações da primeira "Caravana", de dezembro último, foram atendidas. Também, pudera! Desde então o movimento cresceu. Apesar da forte chuva, a segunda "Caravana" teve o dobro das participantes da primeira. E o prefeito ficou em mais lençóis para explicar porque não cumpriu outras tantas promessas. O povo tomou consciência de sua força e canta pela rua: "Boa dia senhor prefeito/ Deixe a Caravana passar/ Somos pessoas Humanas/ Temos direitos que ninguém vai tomar".



"Bom dia, senhor prefeito, deixe a caravana passar".

A "União das Comunidades" já programou uma terceira "Caravana" e uma concentração na

cidade. O povo diz que ela é "nossa força e nossa voz". (Da Sucursal de Fortaleza)

Coronel arbitrário tumultua vida de hospital

São Paulo — "Uma coisa temos de reconhecer: o coronel é um homem que não trai suas origens. Pode ser destacado até para um convento, mas vai sempre agir como se estivesse no quartel", comentou ironicamente um ex-médico do Hospital dos Servidores Públicos de São Paulo, em crise há quase um ano com a nomeação do tenente-coronel Francisco de Assis Freitas à superintendência do Hospital, por ordem direta de Paulo Maluf.

O tenente-coronel, já conhecido por suas atitudes arbitrárias em cargos anteriores, começou desde a sua posse a perseguir os funcionários e médicos que se haviam destacado durante a greve do ano passado, mas enfrentou sempre uma forte oposição.

Inicialmente, tentou expulsar os médicos residentes em greve, mas seu procedimento foi considerado ilegal pela Justiça. Em seguida, criou o Plano de Aperfeiçoamento Médico — tornando paga a residência médica —, também sem êxito, pois os poucos que se inscreveram no Plano não estão suportando o desprezo dos funcionários.

No mês passado, o tenente-coronel abriu inquéritos administrativos contra 19 médicos e funcionários demitindo ao mesmo tempo 80 funcionários dos serviços de nutrição, lavanderia e calderaria — os quais deverão ser feitos por empresas particulares, segundo os seus planos.

"Isso faz parte de todo um processo para eliminar a mobilização dos funcionários", dizem os demitidos. "Os funcionários de empresas particulares, em geral, não possuem vínculos empregatícios, o que reduz seu grau de reivindicação. O coronel pretende erradicar todas as conquistas que obtivemos até agora".

Para impedir isso, tanto os funcionários como os demitidos estão se mobilizando em novas formas de ação. Os demitidos vêm distribuindo cartas abertas à população e pretendem conseguir a exoneração do superintendente. "A própria permanência dele no cargo é ilegal, pois seu nome não foi aprovado pela Assembleia Legislativa", ressaltou um demitido. "Com isso, todos os seus atos são juridicamente nulos".



Vila Cisper exige melhorias nas condições de vida do povo

Povo de Vila Cisper reclama do abandono

São Paulo — "O governo muda a capital e deixa nós com o lixo". Com esta e outras faixas, 500 moradores da Vila Cisper e adjacências, na periferia da cidade, realizaram recentemente uma manifestação exigindo coleta de lixo, creche, postos de saúde, iluminação, telefones públicos, asfalto nas ruas e mais ônibus para o bairro. O deputado Irina Passoni e Aurélio Peres, presentes no ato, denunciaram o pouco caso das autoridades para com os problemas

do povo, enquanto os bairros dos ricos são sempre bem servidos.

"Se não resolver o problema, nós, o povo, vamos resolver do nosso jeito". Essa afirmação da coordenadora do Centro Comunitário expressa a disposição dos populares. E o representante da Associação Popular de Saúde também deu seu recado: "A vida do povo só vai melhorar de verdade quando o povo reunido mudar esse governo que está aí e fazer um governo popular".

Nasce Mais uma entidade democrática

Natal, RN — No dia 12 foi lançada em ato público, na presença de 200 pessoas, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (SDDH-RN).

Falaram representantes das oposições sindicais na cidade e no campo, do Rio Grande do Norte e de outros Estados, além do líder camponês Manoel da Conceição. Francisco Pereira da Silva, em nome dos agricultores, anunciou oficialmente a existência de sindicatos oposicionistas no campo, frente à Federação dos Trabalhadores Rurais. E denunciou as péssimas condições de vida do trabalhador agrícola, dizendo que "não é mais possível agüentar um arrocho salarial deste e tantas injustiças que são cometidas neste país". Falou também o presidente da Sociedade recém-fundada, Glênio Bezerra, e um representante do bairro do Igapó, Cícero Gomes. (Do correspondente em Natal)



Lançamento da TO A Tribuna no Ceará

Fortaleza, CE — Cerca de 300 pessoas, 80% operários, estiveram presentes dia 1º no ato público da Tribuna Operária em Fortaleza.

A mesa foi dirigida por um jovem metalúrgico, e composta por representantes dos camponeses de Quixadá, dos sapateiros, professores, dos Centros Comunitários, dos movimentos pela anistia, das mulheres, parlamentares, etc. Esteve presente um representante do Conselho de Direção do jornal, Rogério Lustosa.

Todos os oradores ressaltaram a necessidade da Tribuna como instrumento independente da classe operária para trabalhar pela unidade do povo brasileiro, na luta pela liberdade e pelo socialismo.

Após os discursos, houve uma apresentação de cantadores que manifestaram em suas músicas o sentimento de luta de nossa gente.



Moradores da Vila Prudente acabam com circo de Maluf

Unidade popular nasce na luta

São Paulo — "Pau, pau, pau, não à nova capital" foi a palavra de ordem mais repetida e apaludida no lançamento do PDS, o Arenão, na Vila Prudente, um bairro da Zona Leste da capital.

Se os capangas do governador Maluf esperavam que todos iriam dizer amém ao ato, ficaram decepcionados quando começaram a aparecer faixas que diziam: "Educação sim, saúde sim, transportes sim, nova capital não"; e "Abaixo a carestia que a panela está vazia".

A decepção dos organizadores do PDS local foi ainda maior quando pessoas que desciam dos ônibus alugados por eles e mesmo outras que estavam assistindo a solenidade governista foram engrossando a manifestação popular. "Há 16 anos não acontecia algo parecido aqui na região", disse um dos presentes.

Segundo uma carta aberta assinada por várias entidades e lida na ocasião, "Vila Prudente é um bairro com mais de 70 mil habitan-

tes, basicamente operários, com 45 favelas, 80 mil favelados, sem creches, 90% do bairro sem esgotos, 85% das ruas sem asfalto, transportes urbanos precários, falta de segurança, poucas escolas. O dinheiro que seria usado para a mudança da capital daria para resolver estes problemas, que não são só da Vila Prudente mas de toda a periferia". E mais: "O povo precisa é de liberdade para se organizar, liberdade para escolher seus governantes e assim sendo o sr. Maluf não tinha autoridade para decidir nada".

Depois desse sucesso, nasceu em Vila Prudente a idéia de criar uma espécie de Comitê de Lutas Populares, que some as organizações e grupos de trabalho popular, independente de partidos políticos, de diferenças religiosas ou concepções mais gerais. A união se daria em torno de um programa mínimo, na perspectiva de impulsionar a luta. Este foi um oportuno exemplo de que a unidade popular se constrói a partir das lutas concretas do povo.

Em Itaquera o povo exige e não pede

São Paulo — No dia 2 de fevereiro, uma comissão de 60 moradores da COHAB de Itaquera, após uma paciente espera de três horas conseguiu finalmente arrancar do Secretário da Saúde, Adib Jatene, a promessa escrita da construção imediata de um posto de saúde. Uma semana depois, o vereador arenista João Aparecido de Paula, odiado em Itaquera, desmentiu a promessa em matéria paga nos jor-

nais. Ele ainda disse que "povo pede e não exige".

Mas no dia seguinte, esta notícia também era desmentida. Ficou então evidente a intenção do vereador: faturar com a construção do posto, desvalorizando a luta dos moradores. Mas o povo descobriu que só conquistará melhorias unido contra os mentirosos e aproveitadores da laia do vereador João Aparecido de Paula.

Minas: médicos derrubam pelegos

Belo Horizonte, MG — A chapa de oposição "Renovação Médica" vem de conquistar a diretoria do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, com maioria absoluta de votos.

A chapa vencedora foi formada com base no Grupo de Estudos Médicos (GEM), recebendo também grande apoio e ajuda da Associação Mineira de Médicos Re-

sidentes, AMIMER, bem como de profissionais comprometidos com o movimento de oposição, garantindo assim grande penetração entre as centenas de médicos não sindicalizados.

E mais uma vitória da luta geral das oposições sindicais comprometidas com o movimento popular e democrático. (Da Sucursal em Minas Gerais)

Novas frentes de luta contra a carestia

Belo Horizonte, MG — "O trabalhador está enxergando que não é ele o culpado pelo custo de vida, que ele é explorado no seu salário. A greve é uma forma de combater essa situação. O trabalhador vê que tem condições de se unir e botar abaixo o governo".

"O trabalhador luta contra a miséria, e hoje é a família inteira. A luta está avançando e nela estão as pessoas que mais estão sofrendo". "Que o trabalhador tenha terra para trabalhar nela. O patrão dá mais valor ao gado do que ao ser humano. Preocupa-se em exportar boi, para vender bem caro para nós".

Estas algumas das afirmações feitas na abertura do Encontro do Povo Contra a Carestia, realizado no dia 10 de fevereiro em Belo Horizonte, com a participação de oito bairros e várias entidades. O Encontro reafirmou a necessidade da luta por aumento do salário acima do custo de vida e pelo congelamento dos gêneros de primeira necessidade como duas questões ligadas, pois o aumento salarial conseguido pelas greves é logo engolido pelo custo de vida.

Em termos práticos, o Movimento decidiu publicar um boletim mensal em Minas Gerais e pro-

mover caminhadas, ao nível de bairro, município, região e de todo o Estado (Da Sucursal de Minas Gerais)

São Paulo — Duzentas pessoas lotavam o salão do Centro de Estudos Populares de Pirituba para o lançamento do Movimento Contra a Carestia na região. A maioria viera das favelas próximas. Mais da metade eram mulheres, muitas com os filhos.

Falou muita gente, sempre insistindo na necessidade da união do povo contra o governo de exploração que aí está. O sr. Waldete Eliseu Lopes, consertador de fogões, afirmou: "Não adianta nós ficarmos de braço cruzado, nada vem do céu. Este movimento é pro nosso bem, a gente precisa juntar força. Muita gente que eu convidei não quis vir por causa do jogo do Corinthians. Amanhã eu vou perguntar no que melhorou a vida deles".

No final, ficou a esperança de que a multiplicação do Movimento Contra a Carestia em toda parte levantará uma grande corrente de opinião pública que ajude a acabar com a carestia e o governo que a provoca.



A classe operária e os partidos

Enquanto o movimento popular crescente exige organizações mais avançadas e combativas, o governo pretende impor partidos limitados, dificultar a unidade popular e democrática, e impedir que a classe operária se organize em seu partido.

A reformulação partidária imposta pelo governo conseguiu espalhar a confusão entre um bom número de políticos e parlamentares.

Enquanto o movimento popular crescente exige organizações mais avançadas e combativas, o governo pretende impor partidos limitados, com um número obrigatório de deputados e senadores, freando o crescimento da representação popular no parlamento.

Os políticos mais ligados ao povo sentem-se tolhidos. A maioria ficou com a Tendência Popular do PMDB, mas outros acabam espalhando-se por diferentes partidos, procurando maior campo de atuação. E o caso, por exemplo, de Ayrton Soares, Lysâneas Maciel, José Eudes e outros.

Trabalhadores desconfiados

Os trabalhadores, por sua vez, desconfiam desses partidos criados sem levar em conta suas opiniões e as exigências de suas lutas.

Um motorista de ônibus do Rio expressou muito bem este sentimento. Ele disse: "O povo são mais de cem milhões de brasileiros, mas os exploradores não chegam a dez milhões. Se tivesse uma eleição em que ficassem claros de um lado os partidos do povo e de outros os partidos da burguesia, mesmo que a gente se dividisse em dez partidos os nossos candidatos ganhavam. Por isso, a burguesia se mistura no meio do povo e organiza partidos em nosso nome. A gente acaba votando em burgueses pensando que está elegendo um representante do povo. E preciso então que os operários possam organizar livremente o seu partido". E um outro logo acrescentou: "Meu pai já voltou no Partido Comunista, mas agora é ilegal".

Vacilantes e reformistas

A reforma do governo procura segurar as forças operárias e populares, enquanto abre caminho para os vacilantes e reformistas. O ex-governador Leonel Brizola procura levar adiante seu projeto



de conciliação, chamando para o PT parcelas da oposição, dividindo e enfraquecendo o movimento popular. No PMDB, os liberais e "moderados", aproveitando o controle dos senadores sobre a máquina partidária, procuram limitar os passos dos parlamentares mais combativos, que se aglutinam na Tendência Popular, e colocam obstáculos para líderes populares de prestígio, como o ex-governador Miguel Arraes. Contam para isso, com o apoio dos reformistas,

que, a pretexto de ampliar a frente de oposição, favorecem a burguesia liberal contra os representantes populares, que eles chamam de "radicais".

PT contraditório

Neste quadro surge o PT, marcado por duas tendências contraditórias. Por um lado, há lideranças sindicais que, refletindo o avanço do movimento operário, sentem a necessidade de uma or-

ganização política da classe. Mas que ficam limitados a um partido baseado nos sindicatos, tendendo a uma compreensão reformista da luta política. Por outro lado, setores trotskistas, tradicionais divisionistas do movimento operário, procuram apresentar-se como partido de vanguarda do proletariado. Para isso fazem coro com a burguesia para caluniarem a tradição combativa e marxista-leninista da classe operária brasileira. Procuram mesmo minimizar

a necessidade de teoria revolucionária e científica do proletariado para a conquista da liberdade e do socialismo.

O lançamento do PT no Colégio Sion, em São Paulo, refletiu essa contradição.

Uma velha manobra

Os trabalhadores sentem que estes partidos não podem atender às exigências do movimento popular. A classe operária avança na luta por seus direitos. E não pretende mais aceitar a velha manobra da burguesia, de falar em democracia, oferecendo ao proletariado a "opção" de atrelar-se a um partido burguês (como fez anteriormente com o antigo PTB), enquanto mantém a ilegalidade do partido da classe, comunista (em 58 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil teve apenas alguns meses de vida legal).

Assim, o quadro criado pela reforma não satisfaz. E cresce a consciência de que é preciso exigir a mais ampla liberdade de organização partidária, em particular liberdade para a organização revolucionária da classe operária.

Unidade popular

Em relação aos partidos que estão se formando, a alternativa é fortalecer a Tendência Popular no PMDB e fazer esforços para que as correntes mais ligadas ao povo, existentes nos outros partidos, atuem unidas, tendo como base as exigências da luta de massas. Com isto, as forças populares procuram adequar esse partidos às necessidades de suas lutas, e não o contrário, como pretendem alguns reformistas. Ao mesmo tempo, tratam de ampliar seu campo de ação e aumentar a sua representação parlamentar.

Desta forma, a classe operária, enquanto defende a sua organização de classe independente e persegue seus objetivos finais, prepara-se de imediato para derrotar, junto com todos os democratas, a reformulação partidária da ditadura. (Rogério Lustosa).

Justiça para Santo e Benedito

Mais de vinte entidades populares e democráticas, incluindo sindicatos e a oposição metalúrgica de São Paulo, estão convidando a população a comparecer no dia 25 próximo, às 9 horas, à 1ª Auditoria Militar de São Paulo — onde será realizada a primeira audiência das testemunhas do assassinato do operário Santo Dias da Silva, morto pela Polícia Militar durante a greve dos metalúrgicos.

A convocação tem por finalidade demonstrar que o povo, e particularmente a classe operária, pretende acompanhar de perto esse julgamento, para denunciar e protestar contra qualquer tentativa de manobra por parte da Polícia Militar para que o assessorino, o soldado Herculano Leonel, acabe vivo.

Essa vigilância tem razão de ser, pois a PM tudo tem feito para prejudicar o processo e obstruir os trabalhos da acusação. Entre esses procedimentos, já foram denunciadas tentativas de intimidar as testemunhas, como no caso do operário João Pereira, que teve sua casa invadida por policiais, que fizeram ameaças veladas à sua família.

"Meu pai foi morto pela carestia e pelo governo". Quem diz isto é o filho do metalúrgico Benedito Gonçalves, assassinado pela polícia durante uma greve em Divinópolis, Minas Gerais, há 6 meses.

No dia 2 de fevereiro, a família de Benedito entrou com uma ação de indenização contra o Estado. Segundo a versão da polícia, a morte teria sido causada por uma queda de bicicleta, o

Freguesia com Tendência Popular

Por convocação da Tendência Popular do PMDB da Freguesia do O, São Paulo, reuniram-se no dia 10 de fevereiro, integrantes do ex-MDB, lideranças e representantes de inúmeras entidades populares e comunidades dos bairros de Vila Brasilândia, Vila Nova Cachoeirinha, Casa Verde e Freguesia do O, para debater a situação presente e saídas para a oposição popular.

Um documento aprovado na ocasião indica que, "para se ver livre dos problemas e dificuldades de toda ordem, o povo necessita livrar-se o quanto antes do regime militar e de sua nefasta política econômica. Necessita movimentar-se aos milhões, organizado, unido e determinado a levar até o fim a luta, até a sua derrota completa e implantar em seu lugar um regime de ampla liberdade política que substitua radicalmente o modelo econômico existente e introduza reformas profundas em todos os setores da vida nacional.

"A chamada 'abertura' política promovida pelo General Figueiredo deve ser entendida como uma manobra desesperada do regime para manter-se no



A classe operária não esquece

que foi desmentido pelo filho em entrevista à Rede Globo, pois Benedito nem sabia andar de bicicleta. Na verdade, o metalúrgico morreu espancado pela Polícia Militar, durante uma investida contra os grevistas.

Depois da morte, a família vem sofrendo dificuldades financeiras, pois o salário de um filho e a pensão da viúva não dão para o sustento. Mas conta com o apoio do povo de Divinópolis, que fez uma manifestação de protesto contra o assassinato.

Benedito morreu, segundo seu filho, sem poder ver o que mais queria naquele momento: a vitória da greve.

poder, iludir e dividir o povo e as oposições e isolar os setores que lhe fazem oposição de forma firme e decidida. Mesmo assim, a oposição, sobretudo a oposição popular, não pode omitir-se neste quadro. Ao contrário, deve utilizar todos os instrumentos ao seu dispor em favor da luta pela democratização completa do País.

"Por estes motivos os presentes anunciam a sua plena disposição de persistirem lutando, até a vitória final.

"Com base nisso, entenderam como fator de magna importância, e tarefa essencial, buscar permanentemente a unidade popular a partir das causas mais sentidas e comuns de todo o povo. Unidade que deve passar, inclusive, por todos os partidos de oposição que vêm sendo constituídos".

O documento define uma plataforma de unidade popular. E finaliza afirmando que é "um grande salto de qualidade, a organização de uma Tendência Popular no Interior do PMDB, que deverá ser ao lado das outras opções das forças populares um importante instrumento das lutas do povo".

UNE lança campanha por mais verbas

A UNE realizou entre os dias 9 e 13 de fevereiro, em Belo Horizonte, o IV Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais). Cinco dias de muita discussão e debate, entre 500 estudantes de todo o país, para traçar o rumo de novas lutas e organizar melhor sua entidade nacional.

Discutiu-se de tudo, às vezes em tom acalorado, mas colocando a unidade do movimento estudantil acima das divergências. E adotou-se uma importante decisão em defesa dessa unidade, ao se aceitar a autocritica que a diretoria da UNE fez, em boa hora, quanto ao problema dos partidos políticos.

No início do ano, a diretoria havia divulgado uma declaração em que manifestava preferência pelo PMDB. O Coneg, examinando o assunto, concordou que essa posição devia ser revista. E frisou que "a UNE, enquanto entidade representativa de todos os estudantes, não deve se alinhar com tal ou qual partido, mas sim apoiar ações concretas de todos que no quadro partidário se voltam para a conquista das efetivas liberdades democráticas e a defesa dos interesses dos estudantes e do povo brasileiro".

CAMPANHA POR VERBAS

O Conselho também se deteve na análise dos problemas que os estudantes enfrentarão neste reinício das aulas. Decidiu-se que o maior deles — a crise de verbas — será enfrentado numa campanha nacional, exigindo que a Educação receba 12% do orçamento federal (atualmente são 3%). Contra o aumento das anuidades nas escolas particulares, a palavra de ordem foi Nada além de 35%, uma luta já em andamento em algumas cidades.

Para levar adiante a campanha por verbas, foi programado um Dia Nacional de Luta (em março ou abril), um seminário, em julho, e um plebiscito sobre o ensino pago.

"O governo não vai intervir para solucionar os problemas empresariais dos Diários e Emissoras Associadas de São Paulo". Esta foi a resposta do ministro da Comunicação Social, Said Farhat, a uma comissão de artistas e líderes sindicais que estiveram em Brasília, na tentativa de encontrar uma solução para a greve iniciada, dia 24 de janeiro, por artistas, jornalistas e radialistas da Tupi, por falta de pagamento dos salários de dezembro de 1979.

Além do governo não tomar providências, a crise foi agravada com a demissão de todo o elenco das novelas que estavam sendo apresentadas pela emissora, cerca de 200 pessoas.

O Canal 6 do Rio continua transmitindo



A UNE decide apoiar ações concretas dos partidos pela liberdade

Como Rui Cesar vê os trabalhadores

Durante a realização do CONEG, a Tribuna Operária entrevistou o presidente da UNE, Rui Cesar Costa e Silva. Publicamos o trecho em que ele fala sobre as relações entre os estudantes e os trabalhadores.

"A luta dos trabalhadores dá a cor fundamental da nova conjuntura política do país. Os estudantes, lutando por melhores condições de ensino, perceberam que a causa fundamental de não se ter uma Universidade democrática, voltada para os interesses da população, é existir no país hoje um governo que também não é democrático, não atende aos interesses da maioria da população, nem foi colocado pelo povo no poder. Neste sentido, a luta dos trabalhadores tem um fundo em comum com a nossa — as péssimas condições de ensino e as péssimas con-

dições de trabalho são geradas pela mesma política arbitrária, ditatorial e antipopular do governo. Acreditamos que para conseguir democracia na Universidade é preciso conseguir democracia neste país. E preciso que os estudantes, trabalhadores, todos os segmentos sociais se unam para pôr fim a esta ditadura. Para conquistar um governo que dê ampla liberdade política no país e convoque uma Assembleia Constituinte livre e soberana.

"Acreditamos que a nossa relação com os trabalhadores deve se dar também no sentido de apoiarmos as lutas travadas por eles. Apoio não só na divulgação dentro da Universidade de que estas lutas estão acontecendo, mas também formando comitês de apoio, fazendo campanhas de fundo de apoio às greves dos operários, apoiando concretamente estas lutas".

Greve e demissões na TV Tupi

som e imagem para o Canal 4 de São Paulo e com a demissão de todo o elenco das novelas ficou claro que a emissora utilizará, daqui para frente, enlatados norte-americanos.

Diante das demissões, tidas pela empresa como "justa causa", os funcionários já estão entrando com processos na Justiça Trabalhista tendo em vista que a greve nem foi considerada ilegal.

Enquanto isso, a rádio e outros setores da televisão, como o telejornalismo, voltaram ao trabalho em troca de um vale de dois mil cruzeiros.

Reunidos em assembleias diárias no Sindicato dos Jornalistas, os funcionários da Tupi, desde os primeiros dias de paralisação, iniciaram coleta de dinheiro

para o fundo de greve, arrecadado de um jogo de futebol, realizado no Juventus, entre atrizes da Tupi e da Bandeirantes, e uma segunda partida entre atores. No salão do "Som de Cristal", nestas últimas quintas-feiras, foram realizados bailes-shows, revertendo a venda de ingressos para os grevistas. Noites de autógrafos, 5% da renda de alguns espetáculos teatrais, leilão de prendas, doações de sindicatos operários, têm constituído as formas de se levar à frente o movimento de solidariedade aos empregados da Tupi. Apesar dos pesares, já comentam, até com um certo humor: tiraram a novela "Como salvar meu casamento" do ar e substituíram por outra: "Como salvar a Tupi".

Na terra das Minas

Operário é o ouro

Minas Gerais deu um grande salto nos últimos 20 anos. Deixou de ser um Estado quase que exclusivamente agrário para se tornar um centro industrial relativamente desenvolvido. Inúmeras fábricas foram instaladas. O número de novos operários nas fábricas e na construção civil chegou perto de 500 mil. E em outras atividades mais de 1 milhão de novos empregos foram criados. E esses empregos foram insuficientes para os milhões de habitantes do interior que se mudaram para as redondezas de Belo Horizonte

Tem só 52 anos, mas todos já o consideram velho. A metade da vida tem sido metalúrgico. Passou pela Acesita, Facinap, Sememg, Santa Elizabeth, Lafersa e Fiat Allis. Atualmente, continua a trabalhar numa metalúrgica. Antes, desde menino, trabalhava na roça. Depois foi carvoeiro, "fazendo carvão para a Belgo Mineira e a Acesita". Raimundo é um resumo da história recente da classe operária mineira.

"Minha rua é calçada de barro", diz ele, falando do bairro onde mora, chamado Barreiro de Cima, em Vila Cemig. "Lá não tem asfalto, nem esgoto, nem água. A única coisa que conseguimos foi luz, assim mesmo depois de dois anos de luta". Mas na casa de Raimundo a luz não chegou. Ele não teve 2 mil e 500 cruzeiros para pagar a instalação. "Água, só de poço".

Casado, oito filhos. "Passamos numa medida de tanta economia que até parece milagre. Meu salário está péssimo, está bom para o patrão. Eu trabalho muito, dou muita produção e só ganho 18 cruzeiros por hora. O salário, comparado com o custo de vida, é como se estivesse pondo o pé no primeiro degrau da escada e o custo de vida alcançando o último. Não consegue alcançar ele".

"Vestir está virando privilégio"

"Só eu e uma filha trabalhamos. Ela ganha muito pouco como doméstica. Todo meu dinheiro é gasto em comida e mesmo assim não dá. Vestir está virando privilégio lá em casa. Dois meninos estão estudando. Estão sujeitos a não entrar em aula este ano. Não posso comprar material para eles. Um está no 1º e o outro no 2º ano do grupo".

O velho Raimundo se interrompe, pensativo. E completa: "E que os meninos estão com a saúde cada vez pior. Já era para estarem no 4º ano. Também, para



Periferia de Belo Horizonte: "Minha rua é calçada de barro"

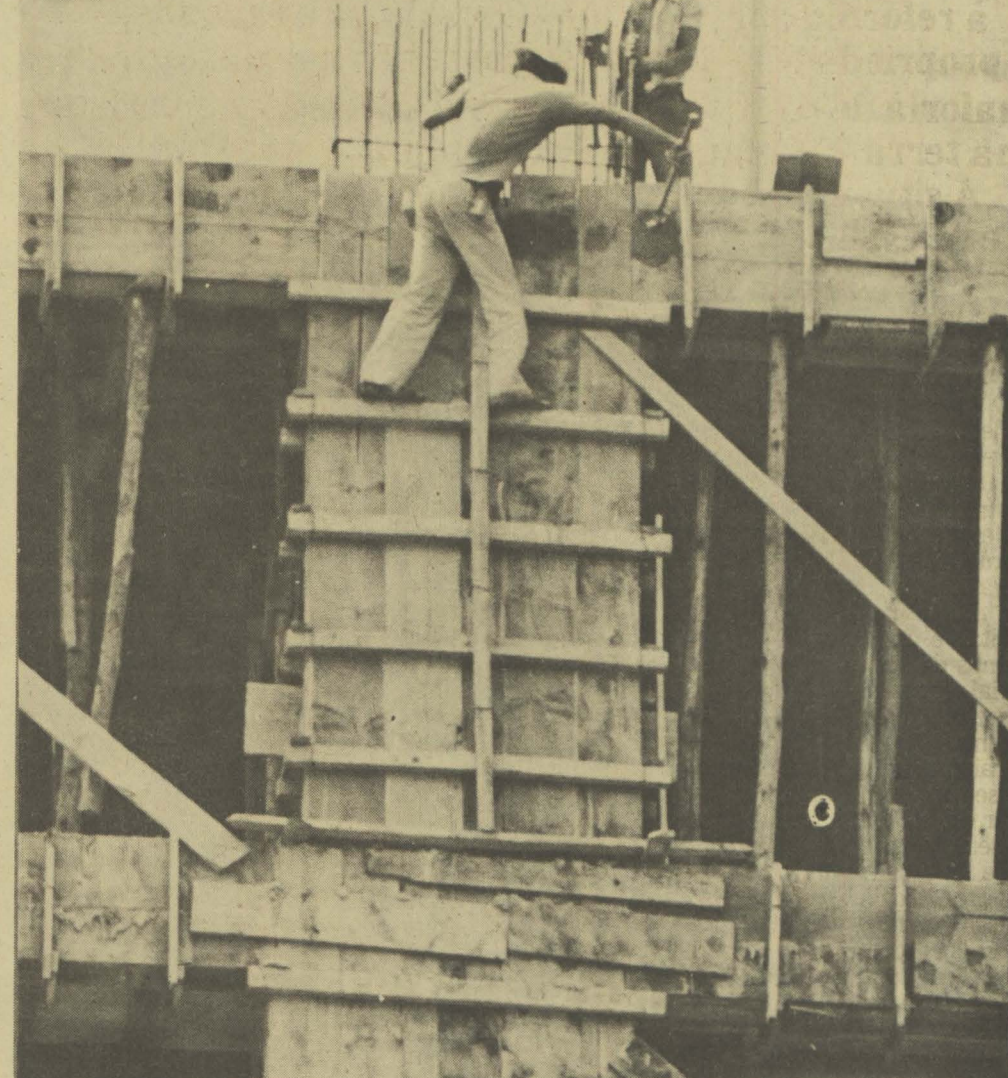
ir ao médico tenho que enfrentar uma fila de 2 quilômetros e arrisco de não conseguir ficha. Quem tem de trabalhar não tem condições de dormir na fila. E assim os meninos vão ficando cada vez mais fraquinhos e têm dificuldade para aprender a ler", conclui com uma sombra no olhar.

"Depois da hora extra vem o desemprego"

"Na fábrica é aquela exploração. Mas isso não vem de hoje. Antes mesmo deste regime, eu trabalhava na Acesita, e era uma situação de muita repressão lá dentro. Foi das piores em que trabalhei. Quando a pessoa começava a doer, mandavam embora. Eu mesmo fui mandado embora por causa de um esgotamento nervoso que tive".

Olha para as mãos fortes, marcadas pelo trabalho pesado. E vai dizendo que agora a situação ainda é mais difícil. "O salário é pouco, eles exigem e a gente faz hora extra constantemente. E quando a gente adianta o serviço, completa a encomenda, a empresa manda um bando de nós para a rua. Na Fiat Allis, onde trabalhei antes, era a mesma coisa. Quando estocava bastante trator lá nos fundos, dispensava quase todos os operários. De 150 ficavam uns 30".

"Os trabalhadores já estão enxergando isso: hora extra é desumanidade extra e é o lucro extra para o patrão. Desumanidade extra porque quando o trabalhador está fazendo hora extra está cobrindo o trabalho de outro, que está desempregado. E está forçando o desemprego dele mesmo!"



O operário que constrói Minas vive na insegurança e na exploração

Raimundo se anima, a voz fica mais alta. Conclui: "Também é desumanidade porque a jornada normal é de 8 horas de serviço. E não é cumprida. E conquistar essa jornada custou sangue dos trabalhadores".

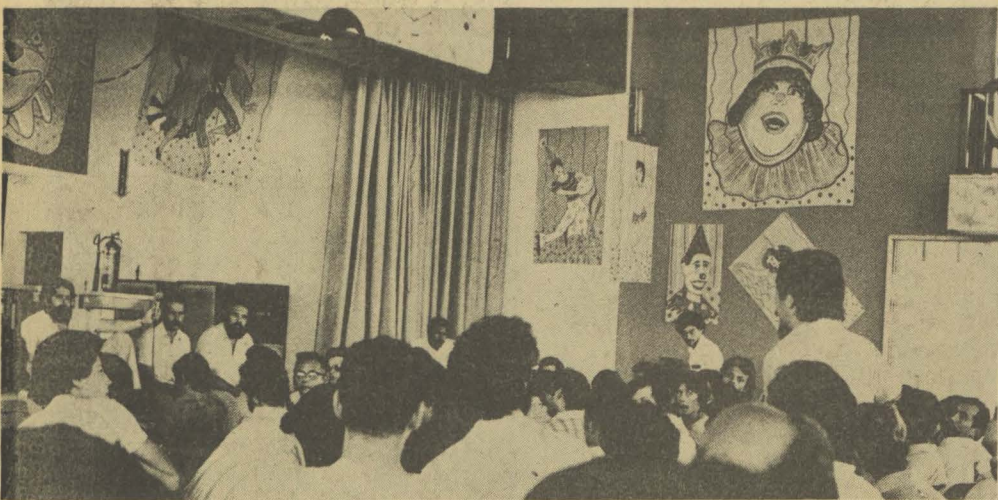
"Se houver outra greve entro e convindo todo mundo"

E a greve dos metalúrgicos, valeu? "Valeu. Ela trouxe mais consciência para o trabalhador. Vimos que o governo

que está aí não é um governo do povo. É um governo que mostra uma cara na televisão, mas na realidade tem outra. É esta, a verdadeira, nós vimos na greve. Estávamos lutando por uma coisa justa, um piso salarial de 8 mil cruzeiros. Os patrões se juntaram com o governo e botaram polícia em cima. Veio a cavalaria, meteu o cacete mesmo. Em Betim mataram um operário e aqui em Contagem muitos foram presos, muitos hospitalizados por causa da pancadaria.

"Quando houver outra greve eu entro e ainda convindo todos os meus companheiros para entrar de sola mesmo, com consciência. Só assim podemos dar uma virada na coisa".

(Antônia Soares - Sucursal de MG)



Em São Bernardo, representantes de fábrica preparam campanha

ABC abre caminho

Os metalúrgicos do ABC paulista estão preparando uma resposta à altura para a nova política salarial. A avaliação da categoria é de que "o clima está de bom para melhor". "O clima é de greve", dizem. "O pessoal pára mesmo". E os preparativos se aceleram, dentro e fora das fábricas, na organização e na propaganda. Um exemplo é a carta de um trabalhador, que cita nas empresas e da qual transcrevemos trechos:

"A campanha salarial de 1980 no interior e ABC é o primeiro grande combate contra a nova lei salarial, que é o arrocho de sempre, mas agora disfarçado.

"A nova lei é injusta e opressora. Baseia-se num índice mágico, o tal INPC, que para nós mais parece "Inflação Não Pára de Crescer". O pior é que esse índice está subordinado ao Delfim Netto que tanto já prejudicou os trabalhadores.

"Outra proposta que foi apresentada no Sindicato fala em 15% sobre o INPC. Apesar de ser uma proposta melhor que a oficial, se nós propusermos 15% sobre o INPC e dissermos que teremos um aumento real de 15%, estaremos na verdade acreditando no INPC controlado. "Não podemos aceitar esta nova lei,

devemos sim calcular nossa proposta a partir de abril de 1979. Além do reajuste de 80% devido à inflação, temos direito à produtividade. E além desses dois fatores os patrões têm uma velha dívida para com os metalúrgicos: trata-se do aumento real de 11% que foi traçoicamente descontado no acordo de 1979. Somando-se todos esses legítimos direitos, uma proposta realista dos trabalhadores seria 100%.

"Companheiros! Nós trabalhadores já derrubamos a velha lei do arrocho, já derrubamos na prática o decreto-lei antigreve e vamos derrubar essa nova armadilha do governo e das multinacionais.

O ABC vai abrir caminho na luta contra o novo arrocho!"

Delegado de fábrica na lei ou na marra

"Na Volks, tem vez que eu faço o trabalho de três. Mas tendo representante sindical dentro da empresa isso daí encurta. Eu sou fã disso daí, porque nós tendo o delegado, nós estamos organizados, enquanto classe. Nós temos o Sindicato dentro da firma. Nós podemos fazer greve no Sindicato, na fábrica, na rua".

A plateia aplaude. São 300 representantes das fábricas de São Bernardo. Em discussão, o problema do delegado de empresa.

Lula coloca, como idéia para ser pensada, a proposta de um metalúrgico da Villares: impor os delegados na prática, sem pedir ao patrão nem ao governo; elegê-los, comunicar as empresas e agüentar o tranco; no caso de perseguição, parar.

O ambiente se agita. Todos sentem que a organização na fábrica é indispensável. Veem a importância do delegado. A sugestão tem o mérito da ousadia. E os metalúrgicos do ABC já se acostumaram a conseguir as coisas assim — na marra. Mas surgem também os senões da proposta. Ela arriscaria o que a classe tem de mais precioso — os operários mais conscientes e representativos, a liderança de cada firma. "Para a idéia dar certo — colocam — vai ser preciso avançar na organização dentro da empresa, para garantir a paralisação no caso de demissões. Mesmo assim não seria o caso de expor toda a liderança, mas apenas uma parte. E é preciso tomar a iniciativa quando houver um clima geral favorável, combativo. Quem sabe no auge da campanha?"

Na porta da Matarazzo:

Salário de fome e mãos mutiladas

A Matarazzo constrói sua grandeza com a exploração brutal dos empregados.

Emprega principalmente mulheres e paga salários muito baixos. As máquinas esmagam dedos e mãos e deixam todos surdos. Salário baixou, a fábrica parou. Pelegos ficaram do lado do patrão. É preciso limpar o sindicato.

Na metalúrgica Matarazzo os acidentes de trabalho ocorrem às centenas durante o ano. Cada seção tem dois ou três mutilados. A maioria dos operários com mais de um ano de casa não ouve bem, devido ao barulho. Por isso falam muito alto, aos gritos. Uma operária relata: "Ainda recentemente no setor de latas de cerveja um trabalhador rasgou o braço numa máquina, levou 18 pontos. E um do setor do óleo prensou um dedo e feriu outro. Foi o segundo acidente dele na mesma mão. Isso acontece porque as máquinas não têm mecanismos de proteção. O pessoal se fere na engrenagem".

Essa absoluta falta de cuidado com os 3.500 operários da fábrica se repete em todos os setores: na estufa a temperatura chega até 250 graus. Não tem ventilador, a empresa não fornece roupa especial, não paga insalubridade nem periculosidade. "Se existe inferno, a gente vive dentro de um" — é o que pensa o pessoal deste setor. Na mecânica, afirma um operário, "trabalhamos igual ao pessoal da ferramentaria da Volks: incomunicáveis, dentro de uma galola, como foi denunciado no Fala o Povo da Tribuna Operária".

Não há folga

O ritmo de trabalho é muito intenso: mais de 160 mil latas de cerveja por dia, cerca de 20 mil por hora, quase 400 por minuto. Um jovem operário do setor comenta: "As latas passam tão depressa que a gente nem vê". E isso vem piorando, acrescenta: "Antes um tesourão (máquina que fornece material para a prensa) abastecia duas prensas; agora abastece três e só tem um operador para cuidar. Os patrões não dão folga: quem chega 5 minutos atrasado perde meia hora. Se atrasar meia hora, perde o dia. E 5 minutos antes da saída a seção fica cheia de guardas para impedir que a gente abandone a máquina antes do sinal". O almoço tem que ser engolido em meia hora: "Uma comida horrível, que de vez em quando vem com barata dentro", lembra uma operária. Os banheiros são uma imundície. Só tem um



Matarazzo, onde o lucro do patrão custa tanto suor como sangue

para cada 100 operários. E só pode ser usado três vezes.

Mulher não tem promoção

Na Matarazzo a maior parte da mão-de-obra é feminina. E as mulheres são as mais exploradas. Os salários dos homens e das mulheres são iguais só na aparência. Na produção em geral homens e mulheres ganham igual. Mas ali a maioria é de mulheres, o salário varia de 17,50 a 30,84 cruzeiros por hora. Nas seções onde se ganha mais mulher não entra. Na mecânica, por exemplo, onde o salário é de 78 a 103 cruzeiros por hora. Uma operária do setor da cerveja desabafa: "Eles (os patrões) não dão oportunidade pra gente melhorar. No controle de qualidade, por exemplo, praticamente não tem mulher. E mesmo as que fazem curso lá dentro não são promovidas". As grávidas têm que chorar para conseguir um serviço mais leve. A maioria, depois que tem filho, é obrigada a abandonar o emprego, porque a fábrica não tem creche.

E o pior de tudo é que nem todo mundo entende esse problema. Uma jovem operária recém-demitida explica: "Eu e meu irmão trabalhamos. Ele ganha mais, porque tem função melhor. Eu ganho o mínimo. Quando chega o fim do mês, às vezes tenho que pedir a meus pais dinheiro pra condução. E então acontece que os pais querem ver a filha solteira casada logo, pra não ser um peso. Já com os homens ocorre o contrário: os pais temem que eles casem, porque eles dão mais dinheiro pra casa".

Muita gente começou a tomar cons-

ciência dessa exploração quando a empresa cortou as horas extras. O corte reduziu em um terço os salários, em média. Aí o pessoal do turno da noite da seção da cerveja resolveu fazer uma paralisação.

Salário baixou, pararam

No dia 7 de janeiro, eles cruzaram os braços por cinco horas. Não exigiam a volta das horas extras, mas salários mais altos, taxa de insalubridade e outras reivindicações. Convocados pelos operários, os dirigentes do sindicato foram lá. "Final — disse um dos participantes do movimento — seja como for ele é o nosso órgão e tem a obrigação de nos defender. E nós não aceitamos a proposta dos patrões de negociação direta com apenas três elementos nossos". Mas eles (do sindicato) "ficaram mais do lado do patrão do que da gente". Agora a fábrica está demitindo em massa. Do setor da cerveja já saíram mais de 20 e em toda a fábrica cerca de 100.

Derrubar os pelegos

"Mas mesmo assim o sindicato é importante, porque une os operários de várias fábricas", afirma uma operária. E prossegue: "A saída é derrubar a diretoria pelega, organizando os trabalhadores nas fábricas. A gente tem que se sindicalizar e travar a luta lá dentro". De qualquer forma, sindicalizados ou não, todos pagam anualmente o imposto sindical, que é obrigatório. Então, por que não transformar o sindicato? Afinal, ele é um dos instrumentos de luta dos trabalhadores. (Olívia Rangel).

CONTRA O MASSACRE DOS POSSEIROS, PELA REFORMA AGRÁRIA RADICAL

Os novos planos do governo para o campo não visam à reforma agrária, mas consolidar as grandes propriedades, dividir os posseiros e expulsar a maioria deles. Os posseiros estão decididos a resistir na terra e o regime militar endurece a repressão.

A situação é muito tensa e pode resultar numa explosão social e no massacre dos camponeses.

A classe operária também defende a reforma agrária e apóia seus irmãos do campo.

O que os trabalhadores do campo podem esperar da recente decisão do governo de intervir nas terras da região do Araguaia e Tocantins? Reforma agrária? Punição dos latifundiários e grileiros? Distribuição de terras aos posseiros?

Nada disso. Podem ir tirando o cavalo da chuva porque o plano do regime militar é muito diferente. Sua política é apenas de apagar as labaredas da tensão social e passar mel na boca de alguns posseiros, expulsando os outros. O exemplo mais recente é o de Alagamar, na Paraíba. Os trabalhadores detinham a posse de 14 mil hectares, que passaram a ser invadidos por latifundiários. Como os posseiros resistiram bravamente, criando-se um clima de conflito armado, o governo decidiu comprar 700 hectares, que vai vender a uma parte dos posseiros. Seu plano é expulsar os restantes. Se assim for, os outros 13.300 hectares ficarão para os latifundiários.

Agora, o governo pretende fazer a mesma coisa no Sul do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão. Conforme todo mundo está sabendo e a própria grande imprensa tem mostrado, aquelas áreas estão em pé de guerra. Só no Maranhão há 128 focos de conflitos. O Norte de Goiás não fica atrás. No Sul do Pará, só o município de Conceição do Araguaia tem cerca de 80 conflitos. Os posseiros, depois de serem expulsos diversas vezes de glebas que desbravaram, compreenderam que o único caminho é resistir, não sair da terra. E estão aprendendo a resistir. Aprenderam muito com os guerrilheiros da Força Guerrilha do Araguaia, que ali resistiu de 1972 a 1974 e deu valiosos exemplos de táticas de luta e heroísmo.

No começo, os posseiros resistiam isolados. Agora, unem-se. Antes só se defendiam. Agora, enfrentam os jagunços. Antes só morriam posseiros. Agora, os jagunços também morrem (só nos últimos seis meses cinco jagunços morreram em Conceição do Araguaia). Os exemplos de resistência se espalham por toda a extensa região. E é isso que preocupa os generais.

Durante o tempo da guerrilha o povo dessa região sofreu muito nas mãos do Exército. Mais de um milhão de camponeses esteve preso em grandes buracos no chão. Muitos foram torturados para dar informações sobre a guerrilha. Outros foram mortos. Os guerrilheiros mortos tinham a cabeça decapada. De certa forma, foram surpreendidos pelo grau de violência, pelo horror da guerra que as Forças Armadas levaram até aquele interior distante através de técnicas de terror sofisticadas aprendidas no Vietnã, Angola etc. Mas isso também os temperou.

Quando a guerrilha acabou, o Exército procurou remendar sua imagem na região. Glebas foram distribuídas a alguns posseiros, com a obrigação de dar informação de tudo que ocorre por ali. O major Curio tornou-se famoso por levar dinheiro, algum remédio e por exigir informações detalhadas do que acontece na sua ausência. Mas as levadas de posseiros continuaram a chegar à região. Só o município de Conceição do Araguaia, que em 1970 tinha 29 mil habitantes, tem hoje cerca de 150 mil. Destes, cerca de 90 mil

são posseiros. As terras do município já estão todas ocupadas, multiplicando-se os conflitos armados.

O Exército ratificou-se, assumindo uma posição de "árbitro". A Polícia Militar ficou encarregada da repressão, dos despejos de posseiros autorizados por juizes corruptos, da defesa das terras dos grileiros e latifundiários. O INCRA, encarregado de resolver a situação, deu-se por incapaz, ainda mais que muitos de seus funcionários se deixaram corromper, aceitando falsos títulos de terra e contribuindo para o aumento da confusão.

O GETAT é outro plano de expulsão

Os militares ficaram mais preocupados. Há algum tempo, enviaram o major Curio aos posseiros com uma proposta de que seriam legalizadas todas as posses de quem estivesse há mais de cinco anos no local, desde que estes ajudassem a expulsar os outros, que chegaram depois, considerados "invasores". A proposta não foi aceita. Em primeiro lugar, porque a legislação prevê que o direito de posse se adquira com um ano e um dia de posse efetiva e contínua. Por que renunciar a isso? Em segundo lugar, porque a grande maioria dos posseiros, embora estivesse há mais de cinco anos na região, já tinha sido expulsa diversas vezes de suas posses, ido para outras, voltado às antigas pois não tinha cinco anos de posse contínua em nenhuma delas.

Mais tarde, o major Curio voltou com a mesma proposta, amenizada. Os que tivessem menos de três anos de posse contínua seriam os considerados "invasores" e expulsos. Novo fracasso. Os posseiros não aceitaram.

De acordo com o decreto do general Figueiredo, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), não foi criado para fazer reforma agrária, nem grande nem pequena. Mas para atender a uma "necessidade imperiosa de uma ação tanto urgente quanto enérgica do poder público visando a regularização da propriedade naquela área da Amazônia Legal". Terá amplos poderes para, entre outras coisas, reconhecer "as posses legítimas".

Precisamente nessa área de 40 milhões de hectares colocada sob os poderes do GETAT está a maioria das 350 empresas agropecuárias, de propriedade de grupos capitalistas monopolistas do sul do país, como o Comind, Bradesco e estrangeiros, como Nixdorf, Volkswagen etc. Esses latifúndios têm posseiros em seu interior. E apesar da utilização de jagunços, está cada vez mais difícil expulsá-los. Há o caso da fazenda do grupo Manah, em cujo interior se encontra um grupo de 400 famílias, na posse chamada "Divino Pai Eterno", e que, nos últimos três anos e meio, rechaçou nada menos que 52 ataques de pistoleiros e policiais. Fica logo evidente que uma das mais importantes finalidades do GETAT é consolidar a propriedade desses grupos monopolísticos sobre a terra e expulsar dela os posseiros.

O outro objetivo é levar avante o plano que nem o INCRA nem o major Curio conseguiram realizar, que é dividir os



Este mapa, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, baseia-se numa pesquisa ainda incompleta. Os pontos registram conflitos. As áreas pontilhadas indicam regiões onde existe litígio de terras.

posseiros em "legítimos" e "invasores", reconhecer as posses "legítimas" e expulsar os "invasores", formando uma muralha para impedir a entrada de novos camponeses na região. Mas, como a grande maioria dos posseiros não consegue parar muito tempo continuamente na mesma posse, devido aos despejos determinados pela justiça, uma minoria apenas terá seu direito à terra reconhecido. Pessoas informadas sobre a situação da região calculam que só em Conceição do Araguaia, 60 mil posseiros dos 90 mil existentes serão expulsos, se for cumprido o plano do GETAT.

Ameaça de um massacre

Os posseiros não aceitam mais ser expulsos e sua atitude decidida mostra que resistirão a qualquer tentativa de despejá-los. E aí que entra a ação enérgica do governo. Não é por acaso que o GETAT está diretamente vinculado ao Conselho de Segurança Nacional e é articulado pelo general Danilo Venturini, chefe da Casa Militar do governo. Também não foi por acaso que, uma semana depois da assinatura do decreto do GETAT, o Exército tenha anunciado que pretende "intensificar a vigilância na região amazônica", havendo possibilidade de que sejam instaladas, ainda este ano, "novas unidades militares, subordinadas ao Comando Militar da Amazônia".

O que se está preparando para o Norte de Goiás, o Sul do Pará e o Oeste do Maranhão é uma ação militar para a expulsão de milhares de famílias de posseiros. E estes já não têm para onde ir. Para o lado do Xingu, estão bloqueados porque as agropecuárias chegaram na frente, de avião. Não podem voltar para trás — para o Nordeste, Minas, Bahia, Paraná — pois de lá já vieram expulsos. Seu único caminho será resistir na terra. E aí, poderá haver uma explosão social de envergadura.

Por sinal, o endurecimento do governo e a intensificação da repressão já começam a ocorrer. Em dezembro passado, vários posseiros foram presos. O

governador do Pará, Alacid Nunes, que até então recebia normalmente delegações de posseiros que iam ao palácio do governo reclamar seus direitos, em 1 de fevereiro recusou-se a receber três delegações. Mandou dizer que não estava e foi receber alguns blocos carnavalescos, o que motivou carta de protesto da Comissão Pastoral da Terra, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e do Núcleo Paraense pela Anistia.

Repressão já começou

No dia 2 de fevereiro último, 17 posseiros foram presos em Conceição do Araguaia e levados para Marabá. Pela primeira vez em muito tempo estava presente à diligência um comissário do DOPS, Franklin Marques. Os posseiros ficaram presos dois dias, sendo soltos por interferência de um advogado da Comissão Pastoral da Terra. Foram interrogados longamente sob a direção pessoal do major Curio, do coronel Ulisses, da FAB e chefe do SNI no Pará, que estavam acompanhados de Paulo Sette Câmara, secretário da Segurança Pública no Pará. O interrogatório foi todo no sentido de incriminar pessoas ligadas à Pastoral da Terra e a religiosos que trabalhavam na região. O que parece evidenciar o objetivo de criar pretextos para afastar as pessoas que têm dado apoio aos posseiros contra as violências dos grileiros e da polícia.

A luta pela terra se espalha

O próprio governo reconhece que a região Araguaia-Tocantins é a mais conflagrada do país. Mas não é a única. Há poucos dias decretou-se a desapropriação de nove glebas em seis municípios do Mato Grosso do Sul, no total de 21,2 mil hectares, para controlar o agravamento das tensões. Mas também no Mato Grosso do Norte, no Acre, Rondônia, Roraima há inúmeros conflitos. No Sul da Bahia e na região do rio São Francisco, milhares de posseiros também estão resistindo.

Em Minas Gerais, no Paraná e até no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul a disputa de terras se agrava. É um problema nacional, de grandes proporções (veja o mapa ao lado).

Esta situação é o resultado da antiga estrutura da propriedade da terra no país, altamente concentrada, e que se agravou muito nos 16 anos de ditadura militar, cuja política tem sido conscientemente de favorecer ainda mais a concentração para beneficiar os interesses dos latifundiários e dos grupos monopolistas. A consequência tem sido a expulsão de milhões de camponeses de suas terras, o grande êxodo para as cidades e a formação de um contingente enorme de posseiros, havendo quem avale em 4 milhões o número de pessoas nessa condição atualmente.

Por isso a reforma agrária geral e radical em todo o país, bandeira antiga das forças de oposição mais consequentes e vinculadas ao povo, é hoje apoiada pelos mais amplos setores e, em primeiro lugar, pela classe operária e movimentos populares, como o movimento contra a carestia. Até mesmo a Igreja católica hoje apóia a reforma agrária conforme documento recente, aprovado por 250 bispos na 18ª Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itacai, São Paulo, de 7 a 15 de fevereiro.

Até o Banco Mundial, instrumento do imperialismo, manifestando temor da explosão social, já sugeriu uma reforma agrária limitada no Nordeste. Somente o regime militar, representante dos monopolistas e do latifúndio, as forças mais reacionárias existentes no país, se opõe rigidamente à distribuição de terra aos que nela trabalham. E insiste em formular projetos sobre projetos, como o Proterra, o PIN, o Polonordeste, Polomazônia; leis e mais leis que nunca funcionam, como o Estatuto da Terra, que acaba de completar 15 anos de não cumprimento, para ganhar tempo, dividir os trabalhadores e beneficiar os grandes proprietários. O Getat tem o mesmo objetivo e terá o mesmo fim.

Chega a hora da verdade

Porém, não é possível protelar eternamente um problema de tal gravidade. O número de espoliados e marginalizados por causa dessa situação já é tão grande que convulsiona a vida toda do país. Nunca, nem mesmo no tempo das Ligas Camponesas, antes de 1964, a luta pela terra se generalizou tanto por todo o país e nunca um número tão grande de camponeses esteve como agora diretamente envolvido nas lutas, que adquirem cada vez mais freqüentemente o caráter de conflito armado.

O regime militar mantém-se intransigente e, ao mesmo tempo, prepara-se para reprimir o movimento dos camponeses e trabalhadores rurais. Mas a questão da terra não é um problema apenas dos homens do campo. A estrutura fundiária atrasada e concentrada retarda o desenvolvimento da nação, condena à miséria também os trabalhadores urbanos, acentua a dependência externa do país, seja pela produção agrícola para a exportação, seja pela necessidade de importação de alimentos.

Por ser justa e por ser também do seu interesse, a luta dos homens do campo pela terra conta com o apoio dos operários e outros trabalhadores urbanos, ainda mais que grande parte destes há pouco tempo também morava e trabalhava no campo e ali ainda tem parentes e amigos. Na grave situação que se vai criando é mais que justo que se elevem os protestos dos operários e todos os trabalhadores contra os ataques, agressões, assassinatos, prisões e terrorismo que já vêm sendo feitos contra os irmãos do campo. Que se unam todos contra essas violências que vão se tornando verdadeiros massacres e lutem pela conquista da reforma agrária.

José Novaes convoca os homens do campo:

“Vamos nos organizar e unir à classe operária”.

O líder camponês José Gomes Novaes é alagoano. Começou a participar do movimento camponês em 1962. Participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca (AI) do qual mais tarde foi eleito presidente. Ajudou a fundar treze sindicatos e a Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAG) de Alagoas, da qual foi vice-presidente. Participou da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) e participou de sua primeira diretoria como vice-presidente. Em 1964, teve seu mandato cassado na CONTAG, retornou a Alagoas e se reintegrou no movimento sindical de base, ajudando a fundar uma Cooperativa de Trabalhadores Rurais. Depois do AI-5 a repressão se desencadeou sobre o sindicato e a cooperativa. Novaes esteve preso durante sete meses, submetido a torturas. Saído da prisão perseguido pela repressão, passou a viver na clandestinidade, da qual saiu em 1979, ao ser anistiado. Mas mesmo durante essa fase nunca deixou o campo nem o trabalho de base com os camponeses. A seguir, sua opinião sobre a situação atual no campo:

“O REGIME MANOBRÁ PARA EVITAR O LEVANTE CAMPONES”

“O capitalismo no Brasil vive hoje uma crise permanente, daí o regime estar anunciando tantas coisas. Pouco tem

po atrás, para se manter o regime usava a repressão violenta. O povo vem desmoralizando tudo isso, como desmoralizou o chamado “milagre brasileiro”. Hoje, o governo já não tem condições de manter a escalada fascista, por isso manobra para conter o avanço da luta de massas. No campo, os governantes estão prometendo alguma distribuição de terra a fim de conter o levante camponês. Principalmente no sul do Pará, no Mato Grosso, onde existem os maiores atriros pela posse da terra, onde já existe até reação armada dos camponeses e posseiros contra a grilagem.

“O sul do Pará tem a particularidade de ser o local onde existiu a guerrilha do Araguaia que, apesar de destruída, deixou suas marcas e o ensinamento de que só através da luta armada conseguiremos vitórias importantes e resolver nossos problemas. Mas ninguém se engane, este governo que ali está jamais resolverá o problema da terra. Para se comprovar isto basta ver o que disse o ministro do Planejamento: “reforma agrária é coisa para economista desocupado”.

“SO VEJO UMA SAÍDA, A REFORMA AGRÁRIA RADICAL”

“Só vejo uma saída para a questão agrária no Brasil: a reforma agrária radical. E esta reforma agrária não é



Novaes com camponeses do sertão da Bahia.

somente a distribuição da terra, é também planejamento da produção voltada para o consumo interno, assistência técnica, crédito, educação, saúde, armar, escomento, garantia do produto e educação do camponês para a coletivização do trabalho. Considero que as propriedades desenvolvidas, onde hoje existe a relação de produção capitalista, não devem ser divididas, mas coletivizadas, desenvolvendo-se nelas a coletivização em todos os níveis.

“No processo de reforma agrária radical, deve ser feito o replanejamento da ocupação da terra, para acabar com o que a ditadura e os latifundiários vêm fazendo, criando pecuária em terras de agricultura e jogando a agricultura nos cerrados através de grupos estrangeiros, quando os cerrados são apropriados para a pecuária. Portanto, por fim a pecuária extensiva e fazer pecuária planejada. Todo programa da reforma agrária radical deve estar baseado na educação

do camponês e do proletariado agrícola para a transformação da sociedade, para a caminhada rumo ao socialismo.

Nós sabemos que só a classe operária, só o proletariado, tem condições de dirigir o processo de construção do socialismo. Devemos levar em consideração que nosso país é dependente e nosso desenvolvimento no campo é muito desigual. Por isso, a reforma agrária radical é importante como passo de democracia. E essa etapa democrática é voltada para a construção do socialismo. Desde já devemos fazer a propaganda educadora do socialismo”.

“ORGANIZAR OS CAMPONESES”

“A perspectiva do movimento camponês é desenvolver a luta pela reforma agrária radical. Para isso, é necessário dar um peso grande às organizações do campo, fortalecendo os sindicatos e fundando-os nos lugares onde não existem, consolidando as lutas dos camponeses contra os pelegos nos sindicatos rurais. Desenvolver um árduo trabalho de organização, educação, fazendo agitação e propaganda em torno da luta maior.

“As bandeiras de luta que mais diretamente se ligam aos interesses dos camponeses são: anistia ampla, geral e irrestrita; a derrubada da ditadura; a convocação de uma assembleia nacional constituinte, por um governo democrático provisório e reforma agrária radical.

Aproveite as páginas da Tribuna Operária para conchamar todos os camponeses do Brasil a se organizarem dentro e fora dos sindicatos, cumprindo seu papel na luta pela mudança das estruturas vigentes, nos unindo firmemente à classe operária, que é nossa irmã e vai nos dirigir na revolução brasileira”. (Da Sucursal de Salvador)

Fala o Povo

Parabéns, correspondentes voluntários, nossa seção está plenamente vitoriosa, recebe um número cada vez maior de cartas. Para que todas possam ser logo publicadas continuaremos a insistir que escrevam curto e grosso e sobre fatos concretos. Continuem a escrever!

Nossa luta vem de longe

A luta por melhores condições de trabalho não é de hoje. Os trabalhadores sempre lutaram. Mas não interessa às escolas ensinarem isso. Os trabalhadores hoje não conhecem sua própria história. Achamos de muita importância para todos nós, trabalhadores, conhecermos ao menos os fatos verídicos do nosso passado. Pois se não fomos nós que fizemos as greves de 1919, então foram nossos antepassados. Os trabalhadores são um só, sejam de 1919 ou de 1980. Os interessados na nossa miséria são os mesmos interessados na nossa ignorância.

Mas é certo que os trabalhadores lutavam e é certo que os trabalhadores nem sempre foram o que são hoje. Os trabalhadores modernos surgiram com a industrialização. No começo do século passado quase não havia indústrias. Os trabalhadores eram escravos. Na medida em que as indústrias foram surgindo, os escravos deixavam de ser escravos e passavam a ser trabalhadores modernos ou operários.

As fábricas começaram a surgir no Brasil no século passado. Em 24/4/1801 o governo português mandara fundar uma fábrica de ferro em Sorocaba, em 1811 foi criada em Minas uma fábrica de espingardas e baionetas, a fábrica de Pilar,



que fracassou por falta de técnicos.

(...) Os trabalhadores começaram a se agrupar nos locais de trabalho. A exploração existia, os trabalhadores não tinham o menor amparo no caso de doença, desemprego ou invalidez. A necessidade de se autodefenderem fez com que os trabalhadores formassem as primeiras Associações Operárias, principalmente no Rio. Apareceram as associações dos caixeiros, operários da construção naval e a dos cocheiros. Mas foram os tipógrafos que lideraram o movimento organizado. Os tipógrafos eram os que tinham maior conhecimento e suas reivindicações serviam para modificar a mentalidade dos operários de outras categorias.

Na época, não existia a greve, mas existia o descontentamento. A maioria dos operários tinha saído do cativeiro, ainda viviam num regime escravocrata. Houve então vários quebra-quebras nas oficinas. Os operários da época, descontentes com o tratamento, com as condições de trabalho, se rebelavam e quebravam tudo. (...)

A primeira greve do Rio de Janeiro e do Brasil foi a dos tipógrafos, em 1858. Eles pegavam às 3 da tarde e largavam altas horas da noite. (...) Os tipógrafos dos grandes jornais da época, Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil e Jornal do Comércio exigiram então um aumento de 10 tostões diários. Os patrões eram arrogantes e intransigentes como os de hoje, e negaram. Em 8/1/1858 os tipógrafos fizeram a primeira greve. No dia 9 não teve jornal. No dia 10 os tipógrafos fazem seu próprio jornal. O Jornal dos Tipógrafos.

A greve acabou, mas a resistência dos tipógrafos continuou. Em um dos números do Jornal dos Tipógrafos se lê: "Já é tempo de acabarem as opressões de toda casta; já é tempo de se guerrear por todos os meios legais toda a exploração do homem pelo homem". (Um rodoviário do Rio de Janeiro, RS)



A função da polícia: reprimir o povo quando ele luta

Com o povo nem diabo pode

Todos nós sabemos que a polícia é inimiga do povo. Ela (...) pode nos prender quando nos insurgimos contra a opressão, contra a exploração, contra a corrupção.

É interessante notar que a polícia é composta de homens do povo. Muitos são filhos de operários e camponeses, muitos já foram até operários e camponeses. (...) O governo e os patrões armaram homens do povo contra o próprio povo. Os policiais nos traíram, traíndo a si mesmos. (...)

Os policiais (...) são criaturas a serviço dos ricos e dos poderosos. São martelos, ferramentas cuja função é nos talhar, nos moldar de forma a agradar o governo e os patrões. Se (eles) fossem um pouco inteligentes, veriam o quanto é sujo o seu ofício: reprimir o povo, cair de pau em cima do povo, até mesmo matando quando o povo se levanta e protesta em nome da verdade, da liberdade e da justiça.

Mas apesar de tudo, da polícia armada contra o povo, ninguém poderá com agente. Organizemo-nos, unamos as nossas forças numa grande força, e nós seremos invencíveis. Nem o Diabo poderá com o povo! (C.A. - operário de Jandira, SP)



S. Luis: tortura contra estudante

Este jornal vem se mostrando realmente comprometido com a luta da classe operária e do povo trabalhador. Mando esta nota para contar o seguinte absurdo:

Em setembro do ano passado, o povo de São Luis foi às ruas numa verdadeira revolta. O regime militar e o governo do Maranhão utilizaram todas as formas para conter a luta do povo, inclusive levando para as matas do subúrbio inúmeros estudantes que foram muito torturados.

Como isso foi muito denunciado, abriu-se um inquérito policial militar para apurar estes fatos. Agora, saíram as conclusões do inquérito: segundo eles, os estudantes entraram na mata porque quiseram, de livre e espontânea vontade.

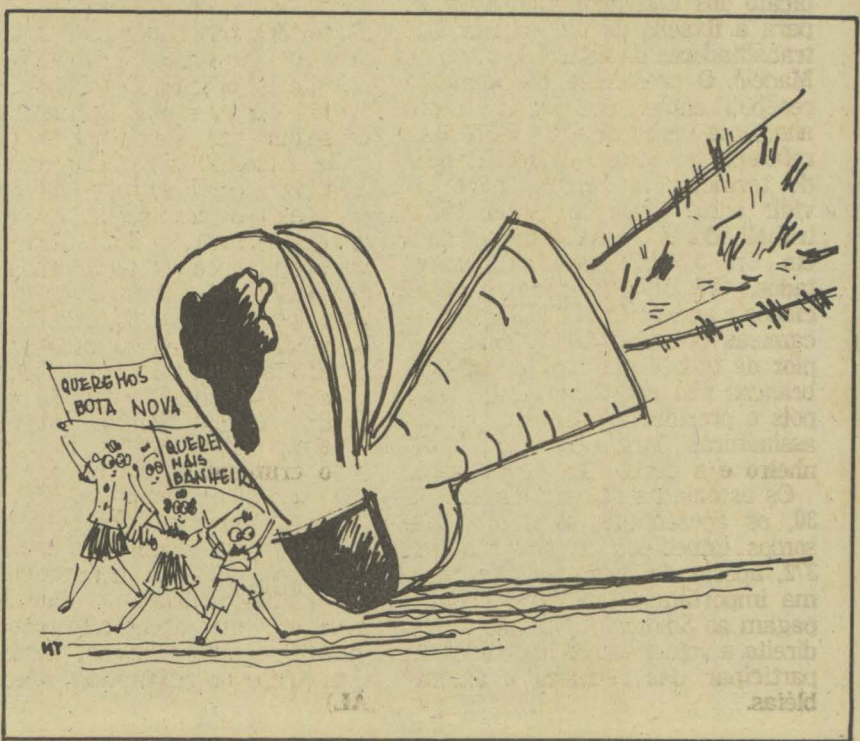
Tudo isso só vem que o governo de Figueiredo e o regime militar não passaram às costas e precisam ser derrubados. Talvez os policiais que levaram os estudantes pensassem que estavam levando o cavalo de um "cidadão" que gosta muito de animais... I.P. - São Luis, MA)

A frangominas depena operários

Nós, trabalhadores da Frangominas, aproveitando a oportunidade que oferece o jornal Tribuna Operária, também sentimos a necessidade de denunciar nossas condições de trabalho. Trabalhamos 10, 12, 14 e até 16 horas por dia, sem receber horas extras. Antes (a empresa) dava uns 10 minutos para o café, agora, ela não dá mais, não assina carteira antes de 3 meses e, quando se aproximam os três meses, o operário é mandado embora. Tem dia que a gente trabalha até às 23 ou 24 hs e no outro dia tem que pegar no serviço às 6 hs da manhã. E tem mais: trabalhamos domingos e feriados e não somos gratificados. Inclusive um dos nossos companheiros por faltar dois domingos foi mandado embora. Outro fato que acontece sempre: quando uma pessoa se acidenta, eles só fazem um curativo muito vagabundo e mandam a pessoa voltar a trabalhar. E se ela não volta, é dispensada ou toma um balão de três dias.

Condições de trabalho: friagem demais, mau cheiro nem se fala, o banheiro é uma porcaria, tem apenas um chuveiro para mais de 50 operários com água fria; bota, quando fura e a gente vai pedir outra, eles não dão e os pés se enchem de frieiras. As mãos das moças elas até escondem pra ninguém ver as frieiras que aparecem de tanto mexer em águas sujas de frango. O dono da Frangominas, (o Antônio), quando chega perto de um operário para mandar fazer alguma coisa já chega gritando. Isso é modo de um patrão tratar os operários? Há o mais importante, iamnos esquecendo: o salário é desigual, as moças ganham Cr\$ 500,00 por semana, a maioria dos rapazes Cr\$ 550,00 e uma minoria de puxa saco ganha de 650 a Cr\$ 700,00. E por que isso? Nós não merecemos ganhar um salário justo e igual para todos?

(Um grupo de operários da Frangominas - Belo Horizonte, MG)



Súplica

Oh Deus; Tu que és Todo Poderoso
Dá-me o gênio libertador do poeta;
As asas do condor, do raio a fúria;
A inspiração serena do profeta.

Desejo cantar a epopeia sublime
dos que tombaram pela liberdade
Dos que deram seu sangue valeroso
Para a Pátria remir da iniquidade

Os lobos do poder estão vorazes
os chacais da opressão estão
uivando
a alcateia maldita e carniceira
está tudo terrível devorando

Institui-se do terror o império
pelo ato chamado institucional
e viu-se a par do povo triturada
pelos dentes agudos do chacal

Germe o povo de fome e miséria
não existe alimento para os pobres
nos antros dos quartéis são
massacrados os que defendem
sentimentos nobres

No passeio da casa do nababo
o mendigo dorme a tremer de frio
o contraste da pompa e da miséria
que até nas pedras faz um calafrio

E comovente ver a triste cena
duma criança nas ruas esmolando
e ninguém jamais sente a dor
oculta
duma florzinha que já vai
murchando

Da juventude a flor foi colocada
numa estufa de gelo pra murchar
escolas invadidas, jovens presos
calamidade em fúria a delirar

Nunca o direito foi tão insultado
nunca a justiça foi tão ultrajada
a família sofreu tantas agruras
nunca em seus brãos tão humilhada

Paga-se caro a quem pratica o crime
honras são dadas a quem mata o irmão
cobre tudo uma sombra tenebrosa
o manto negro da desolação

Quantos mancebos foram
trucidados
nos calabouços sujos das prisões?
na sombra do poder se esconde o crime
cala o povo ao temor das opressões

Muitas donzelas torturadas
por mãos vis abafando seu gemitir
como mansas ovelhas sem defesa
pelos lobos ferozes do poder.

Até crianças sem piedade mortas
por algum sabre, por algum punhal
em nome da lei de segurança
que desatou do crime o vendaval

Isto era segurança tão somente
dos que mandaram praticar o erro
e sufocaram a voz da liberdade
com algemas fortes e mãos de ferro

Há quinze anos o povo está curvado
no paroxismo do pavor
aos forasteiros vende o nosso solo
e a Pátria geme de surpresa e dor

O nazismo cruel e tenebroso
veio aqui no Brasil ressuscitar
trazido pelos ventos do egoísmo
atravessou as amplidões do mar

Ouve Deus, com muito amor, minha
súplica
tu, que é senhor soberano
que tua justiça, Deus, seja
implacável
na punição severa do tirano

Oh Deus, tu que é Todo Poderoso
manda os raios varrer a tirania
e que possa a família brasileira
ter sua vida de paz e harmonia

(Poesia dedicada a um jovem
desaparecido na Guerrilha do
Araguaia)



Zanini faz terror

Vivemos numa região onde existe um grupo denominado Biage. Este grupo tem uma das maiores indústrias da região e está em Sertãozinho, a Zanini S/A. Esta indústria tem o controle de toda a mão de obra da região. Direta ou indiretamente tudo está em seu poder. Atualmente ela está com quase 3 mil empregados.

Todos os anos acontece um fato lamentável nesta cidade. A Oficina Zanini faz o jogo do terror quando se aproxima o dissídio coletivo dos metalúrgicos do interior. Começa com ameaças e dispensa em massa de operários. Quando é julgado o dissídio esta empresa não cumpre as leis e pune aqueles que procuram seus direitos.

Em meados de 1978, no início do 2º semestre, houve um acordo do sindicato com as firmas metalúrgicas da região. Devido aos salários baixos e ao descontentamento dos operários, as firmas concordaram em dar um aumento sem descontar no dissídio de 1979. (...)

Mas quando veio o dissídio, aconteceu o que já estava previsto: mais uma vez a Zanini não cumpriu o que havia tratado com os trabalhadores.

Isto gerou grande revolta nos operários, que decidiram ir à greve. Foi a vez do sindicato intervir e tentar fazer o jogo dos patrões. (...) Os dirigentes sindicais, não contentes com a decisão dos operários, disseram que iam levar aos patrões a decisão dos trabalhadores. (...)

Enquanto os operários aguar-

davam a resposta do sindicato, a empresa decretou férias coletivas para todos os operários por 15 dias. E neste intervalo de tempo a Zanini preparou a lista negra. Ia dispensar mais de mil funcionários.

Quando os operários voltaram ao trabalho, já estava tudo preparado e não deu tempo dos trabalhadores se organizarem para fazer frente à empresa. Veio a dispensa e o sindicato não tomou nenhuma providência. (...)

Houve uma grande crise social em Sertãozinho, devido ao desemprego. E as firmas começaram a fazer jogo sujo com os trabalhadores, contratando alguns pela metade do salário que ganhavam ao ser dispensados. Muitos depois de muitos meses parados tiveram que ir embora de Sertãozinho e da região.

Este ano parece que o drama vai se repetir, pois já está havendo dispensas e ameaças por parte das empresas.

Mas o mais triste nisto tudo é a posição dos pelegos do sindicato de Ribeirão Preto, que ficam indiferentes a todos os acontecimentos e nada fazem.

Já é hora de pôr um fim nisto tudo e pôr estes traidores a andar. Os trabalhadores não mais toleram os pelegos e este ano (eles) vão ter que dar lugar a quem está do lado dos operários.

E, a hora, é a vez da classe trabalhadora. Chega de miséria, desemprego e opressão. Um grupo de operários de Ribeirão Preto, SP)

Demissões na saúde e educação

No dia 7 de janeiro último foram demitidos 28 funcionários dos 32 que trabalham no Restaurante do Campus da USP de Ribeirão Preto. (...)

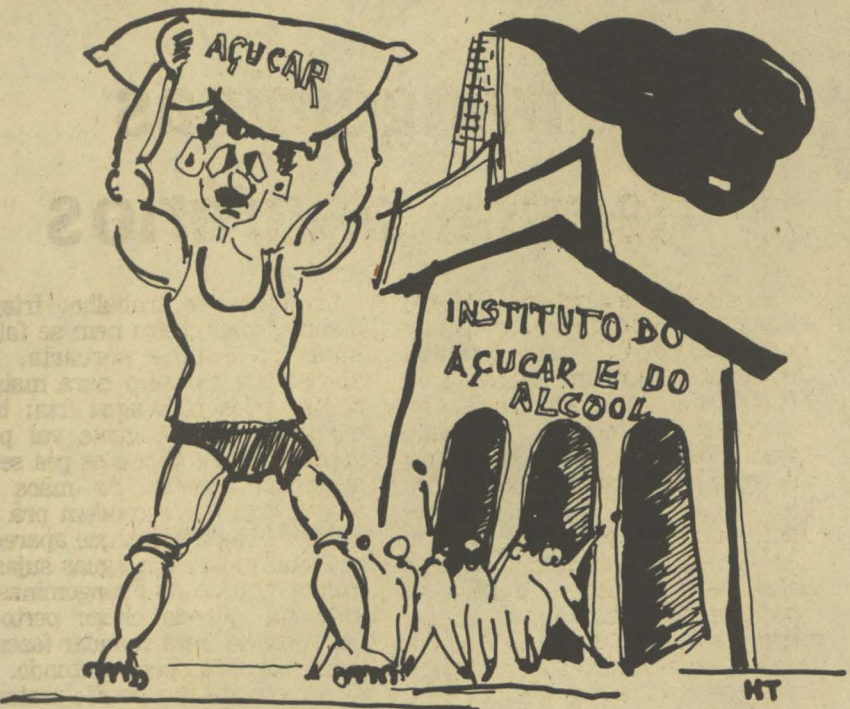
Os funcionários foram demitidos da Universidade para que o restaurante passasse a ser explorado por uma firma particular, seguindo a linha da política econômica estadual da qual o coordenador do campus, Prof. José Eduardo Dutra de Oliveira, é representante oficial.

As 28 pessoas demitidas recebem salários irrisórios, como serventes e cozinheiras e trabalham arduamente servindo cerca de 1.500 refeições diárias. (...)

Como é de conhecimento de todos, a mesma situação ocorrida com esses funcionários se repetiu no dia 14 de janeiro no Hospital do Servidor Público de São Paulo que, da mesma forma, despediu 70 servidores para passar a lavanderia do Hospital para firma particular, ficando evidente que existem intenções do governo de ir, gradativamente, passando seus encargos para Firms Prestadoras de Serviços, que oneram muito mais os cofres públicos do que a manutenção de seus funcionários. A qualquer momento poderá ocorrer a mesma situação com o funcionalismo público em geral. (...)

Enquanto verificamos que as áreas de saúde e educação estão em crise por "falta de verbas" (o orçamento inicial da USP para 1980, de 3 bilhões de cruzeiros é 30% inferior ao de 1979) os governos estadual e federal dão-se ao luxo de fazer previsões de gastos para a construção da nova capital (38 bilhões de cruzeiros) e do acordo nuclear Brasil-Alemanha «um trilhão e 720 milhões de cruzeiros» projetos que não beneficiam a população mas sim aos grandes corruptos (como Maluf) que levarão "sua parte" na negociação.

Vemos que todas essas decisões, prejudiciais à maioria de nosso povo, sempre são tomadas por uma minoria de ricos, que hoje comanda o governo, em benefício próprio e de alguns barões estrangeiros, reservando para as reivindicações populares a polícia, as prisões, torturas e mortes. Somente a união do povo pode mudar essa situação, destruindo a ditadura militar e instalando um governo democrático voltado para os reais interesses de nossa população trabalhadora. (Coordenação do Movimento Contra a Carestia de Ribeirão Preto, SP)



Maceió: a bronca dos bagrinhos

No dia 20 de setembro de 1978 foi firmado um convênio entre o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Sindicato dos Estivadores de Alagoas, para a fixação de um subsídio aos trabalhadores da estiva do porto de Maceió. O presidente do Sindicato recebeu então, em janeiro deste ano, uma verba de Cr\$ 1.603.210,00, referente ao tempo de experiência do terminal açucareiro, para dividir entre todos os associados e trabalhadores. A verba foi dividida em Cr\$ 5.390,00 para os aposentados, Cr\$ 10.781,00 para os associados e apenas Cr\$ 2.156,00 para os camisas brancas (bagrinhos). E o pior de tudo é que muitos camisas brancas não receberam a quantia, pois o presidente falsificou várias assinaturas para ficar com o dinheiro e a gente tem prova disso. Os associados são em número de 30, os aposentados 57 e nós, que somos impedidos de nos associar 372, apesar da gente pagar a mesma importância que os associados pagam ao Sindicato. Nós não temos direito a voto e somos impedidos de participar das reuniões e assembleias.

Quando ele tomou conhecimento do processo (que imparamos contra ele) na Justiça, recolheu nossos cartões. (...) Sem os cartões não podemos trabalhar, pois as horas são registradas. A gente procurou o Capitão dos Portos durante uns 3 meses sem conseguir ser atendidos. A Capitania exige 50 horas mínimas por mês para continuarmos trabalhando. Mas está acontecendo o seguinte: o associado que faz a chamada do camisa branca para trabalhar num embarque guarda sempre uma vaga do total do número de trabalhadores que o contra-mestre pede; e só dá essa vaga ao camisa branca que dividir com ele o dinheiro recebido daquele embarque. Vamos agora entrar com uma ação criminal contra o presidente (do sindicato) pelas falsificações das assinaturas e os 2% do desconto, assim que terminarem as férias do fórum. Estamos juntos e unidos para lutar contra-essa situação e fazer com que o Sindicato trabalhe para os camisas brancas também. (Um grupo de estivadores, Maceió, AL)

Marina



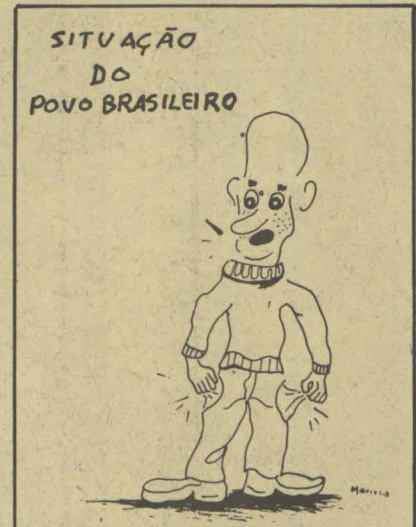
Reunião de Quixadá

Realizou-se uma reunião dia 25 de janeiro em Quixadá, sob o patrocínio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, para avaliação do encontro inter-sindical dos Trabalhadores Rurais Cearenses na cidade de Quixeramobim, em 2 de dezembro último. Naquela data, mais de cinco mil pessoas, destacando-se entre elas o Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloysio Lorscheider, participaram das comemorações dos 15 anos de não cumprimento do Estatuto da Terra, que lhes é negado desde sua aprovação, em 1964. Para a reunião de avaliação foram convidados 60 sindicatos rurais dos quais só compareceram aos debates representantes de Quixadá, Quixeramobim, Pentecoste e Pacajus. Além de um representante do Departamento de Atendimento e Coordenação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região de Fortaleza compareceu também um pequeno número de representantes de outros sindicatos, entidades e interessados no assunto. O não comparecimento dos demais faltosos e algumas colocações que não estavam na pauta das discussões colaboraram para

o mau andamento dos trabalhos. Quanto ao encontro de Quixeramobim, o que se queria mesmo era: ver os erros cometidos e procurar corrigi-los, ver os pontos negativos e positivos, discutir a participação da Igreja no movimento sindical, já que os trabalhadores vêm a Igreja como um elemento muito importante em sua luta por melhores salários e condições de trabalho. Saber se eles têm condições de realizar um novo encontro em 25 de maio, dia do Trabalhador Rural. (Um trabalhador rural de Quixadá, CE).

Xapuri

A Tribuna Operária traz hoje para nós mais uma força na organização sindical de nosso município. Ela está sendo acima de tudo uma arma poderosa que está servindo ou melhor trazendo exemplos das lutas dos nossos companheiros do sul do país, as greves e conflitos. (...) Portanto neste sentido é que faço um apelo aos milhões de irmãos espalhados por este Brasil agora: é hora de organização! Só temos no



Amigos

Todos nós somos irmãos não quero estar no engano mas tal custo de vida deixa o povo desumano poucos procuram a verdade e a mentira e a falsidade estão por aí rolando

Nós precisamos de união todos precisam saber em todas as vilas da cidade para o povo compreender que da união nasce a força E unidos vamos vencer.

O Brasil tem duas árvores uma é boa e outra faz mal vamos cortar a ruim para semear o sal se a árvore é infeliz vamos arrancar é pela raiz o tronco do vegetal.

O povo de nossa terra vive sem liberdade de comer e de beber sofrendo uma crueldade o que está acontecendo estão nascendo e morrendo sem conhecer a verdade.

Polição é demais Todos devem enxergar A lama está naufragando todo o povo do lugar Vamos sair da preguiça E lutar pela justiça Prá nossa vida melhorar! (Poeta do Povo, São Paulo)

É proibido afixar cartazes

- É proibido pisar na grama.
 - É proibido matar.
 - É permitido atropelar.
 - É proibido fumar.
 - É proibido intoxicar.
 - É permitido poluir.
 - É proibido violar.
 - É permitido pornografar.
 - É proibido soltar balões.
 - É permitido prender os pássaros.
 - É permitido deixar de amar.
 - É proibido dezessete anos.
 - É proibido trinta e cinco anos.
 - É proibido adoecer.
 - É permitido sempre trabalhar.
 - É proibida a entrada de pessoas estranhas.
 - É permitido caçar.
 - É proibido entrar na contramão.
 - É permitido esquecer os direitos proibidos!
- (A.C.N. - Belo Horizonte, MG)



Jornal operário e patriótico

Fui convidado a ler e comentar este jornal. Na verdade, tenho algumas restrições a fazer sobre a forma de educar operários e outros companheiros lutadores. Devia ser mais educativo. A linguagem está muito vulgar. Por exemplo, a manchete "A Carestia Está Demais". Esta manchete não ensina nada a ninguém; pelo contrário, deixa claro que se a carestia não estivesse como está seria suportável, não há nada mais contra o capitalismo. O jornal não analisa com profundidade a causa da carestia, que é a falência do capitalismo; não propõe o socialismo como alternativa e sim um governo democrático e popular. Um outro ponto de restrição é que o jornal está muito patriótico, criticando a exploração das massas pelo capital estrangeiro, como se para o trabalhador fizesse alguma diferença ser explorado por empresas estrangeiras ou nacionais. Sinto que o jornal desperta um sentimento patriótico ao invés de despertar um sentimento de classe. (Um trabalhador de Fortaleza, CE)

RESPOSTA:

Esta não é apenas uma tribuna para os trabalhadores, mas também uma tribuna dos trabalhadores. Sua linguagem é simples e acessível. A educação de amplos setores não se completa em uma edição do jornal. Ela se dá passo a passo. Como todos os problemas dos trabalhadores decorrem da existência do capitalismo, seria uma solução fácil (mas não resultaria em nada) se para todos os

problemas que existissem nos limitássemos a uma única manchete: "Abaixo o capitalismo", ou "O capitalismo está falindo". A realidade é complexa e num jornal, que sai periodicamente, precisa ir sendo analisada conforme os vários aspectos que a vida vai ressaltando e que os trabalhadores e o povo estão vivenciando. Isso não quer dizer que nós estamos satisfeitos com o jornal. Ele ainda tem muitas deficiências. Mas é uma experiência ainda em seu início e vai se construindo aos poucos. Uma de suas deficiências, que já vamos nos esforçando para amenizar é o da crítica do capitalismo e educação sobre o socialismo. Porém, nossa opinião é de que é inteiramente correta a proposta por um governo democrático e popular, no rumo do socialismo. Incorreta seria uma proposta de imediata alternativa socialista. Também não vemos como num país dominado pelo capital estrangeiro, como o nosso, possa ser incorreta a denúncia da exploração imperialista. Ela não se opõe mas se completa com a denúncia da exploração capitalista, já que se trata de um capitalismo dependente e, dessa forma, o aspecto da luta de classes e o da luta patriótica se encontram profundamente entrelaçados. Procuraremos melhorar sempre, mas não por caminhos equivocados. (Pela redação, Olívia Rangel).

Apoio ao jornal

Faz muito tempo que não apareceu um jornal tão bom neste Brasil, como a nossa Tribuna Operária. Tenho comprado este jornal nas bancas e em mãos de pessoas que vendem nos bairros. Acho a página. Fala o Povo muito importante, porque nela estão saindo as notícias e as cartas em que o povão escreve suas realidades. Também tenho gostado das matérias e entrevistas, assim como da última página. "Uma Rosa para Stálin" estava muito boa, pena que eu e muitos trabalhadores não encontramos nas livrarias e bancas a estória deste homem. Vocês bem que podiam publicar uma pequena biografia dele e de outros vultos da história internacional. Também precisamos publicar entrevistas com líderes da classe operária e camponesa para que a gente saiba o que estão pensando os homens que fazem parte das lutas dos trabalhadores. (...) E preciso vocês também falarem dos bairros pobres das cidades, como os Alagados daqui (Salvador), as invasões e as favelas mostrando as lutas do povo que mora nestes lugares.

Multi na saúde

A denúncia chegou no 1º semestre de 1979. Empresas multinacionais estão investindo agora em assistência médica no Brasil, depois de dominar, na área da saúde, os ramos de medicamentos e equipamentos hospitalares. Concretamente, a saúde do povo brasileiro está sendo definitivamente controlada por interesses do capital estrangeiro. Cópia de um contrato assinado entre a AMI — American Medical International — e a Açominas revela um investimento inicial de 12 milhões de dólares, com a condição de proporcionar atendimento exclusivo aos 100 mil futuros funcionários desta empresa, inclusive com a construção de um hospital pela Açominas na cidade de Ouro Branco, em Minas Gerais. Diversas entidades médicas protestaram contra a invasão destas empresas multinacionais, fato suficiente para o cancelamento do

contrato com a Açominas. Mas a coisa não pára aí. A AMI tem 60 projetos de atuação na área médica em diversos países, e o Brasil foi considerado o seu maior investimento já realizado no exterior. Basta citar duas empresas médicas nacionais — a PROMED, no Rio, e a AMICO, em São Paulo — que já foram compradas pela AMI. A assistência médica ao trabalhador brasileiro não é boa, nem nos hospitais e postos de saúde do governo e menos ainda nas empresas médicas, que só visam o lucro. A luta por melhores condições de atendimento à população não é só dos profissionais de saúde, mas de todo o povo. E, sem dúvida, exige uma posição clara contra qualquer tentativa de obter lucro às custas do sofrimento humano, seja por empresários nacionais ou estrangeiros. (M. B. — Rio de Janeiro, RJ)

Estão aparecendo outros jornais que se dizem de trabalhadores; eu já li vários, mas posso garantir que nenhum deles chega aos pés da Tribuna Operária; quem compra vê que a Tribuna é muito melhor. Logo que vocês publicarem o endereço certo da Tribuna em Salvador, eu vou lá bater um papo e pedir para ajudar este grande jornal. Um grande abraço. (F.O.N.S. — Salvador, Ba).

De posse do exemplar nº 6 me apressa a dizer que muito apreciei o jornal e que já o divulguei entre amigos e conhecidos. Isto vale dizer o quanto o achei importante. Que o jornal consiga êxito, vencendo os obstáculos que a ele se fizerem, pois hoje — os "pátria amada Brasil" — tudo fazemos para silenciar este povo que já começou a dizer: Basta! (E.O.P. Sorocaba, SP)

Ser negro não é humilhante

Na seção Fala o Povo da Tribuna nº 6 foi publicada a carta do leitor N.O.M., na qual o referido leitor critica um desenho publicado em nº anterior, no mesmo jornal, taxando-o de preconceituoso e racista. A redação da Tribuna, curiosamente, ao responder a carta do leitor reconhece que o jornal errou ao publicar o desenho (...) Acho, porém, que não constitui erro publicar um desenho que reflete uma situação concreta em nosso país, ou seja, aqui o negro enquanto grupo, sempre ocupou uma posição subalterna. Disfarçar esta verdade, escamoteá-la, ou mostrar ao negro que ele pode alcançar posições de "patrão" na sociedade capitalista em que vivemos, isto sim, é que é uma atitude reacionária, antirevolucionária e que reflete tão somente um desejo de ascensão de classe. (...) Portanto, representar o operário brasileiro como negro não é absolutamente agressivo ou humilhante; pelo menos, não deveria ser. Lembremo-nos de que se é verdade que a classe operária no Brasil não é formada exclusivamente de negros, a maioria dos negros e mulatos está concentrada nas classes operária e camponesa. Assim, repito, não é humilhante para branco ou negro ver-se representado como operário num desenho. Pelo contrário: apenas faz-nos lembrar que, brancos ou negros, somente sentirmo-nos livres quando, juntos, conseguirmos suprimir a situação de opressão, exploração e tirania, estas sim demasiadamente evidentes no desenho. (S. O. — Rio de Janeiro, RJ)

VAMOS LUTAR PELO NOSSO PETRÓLEO

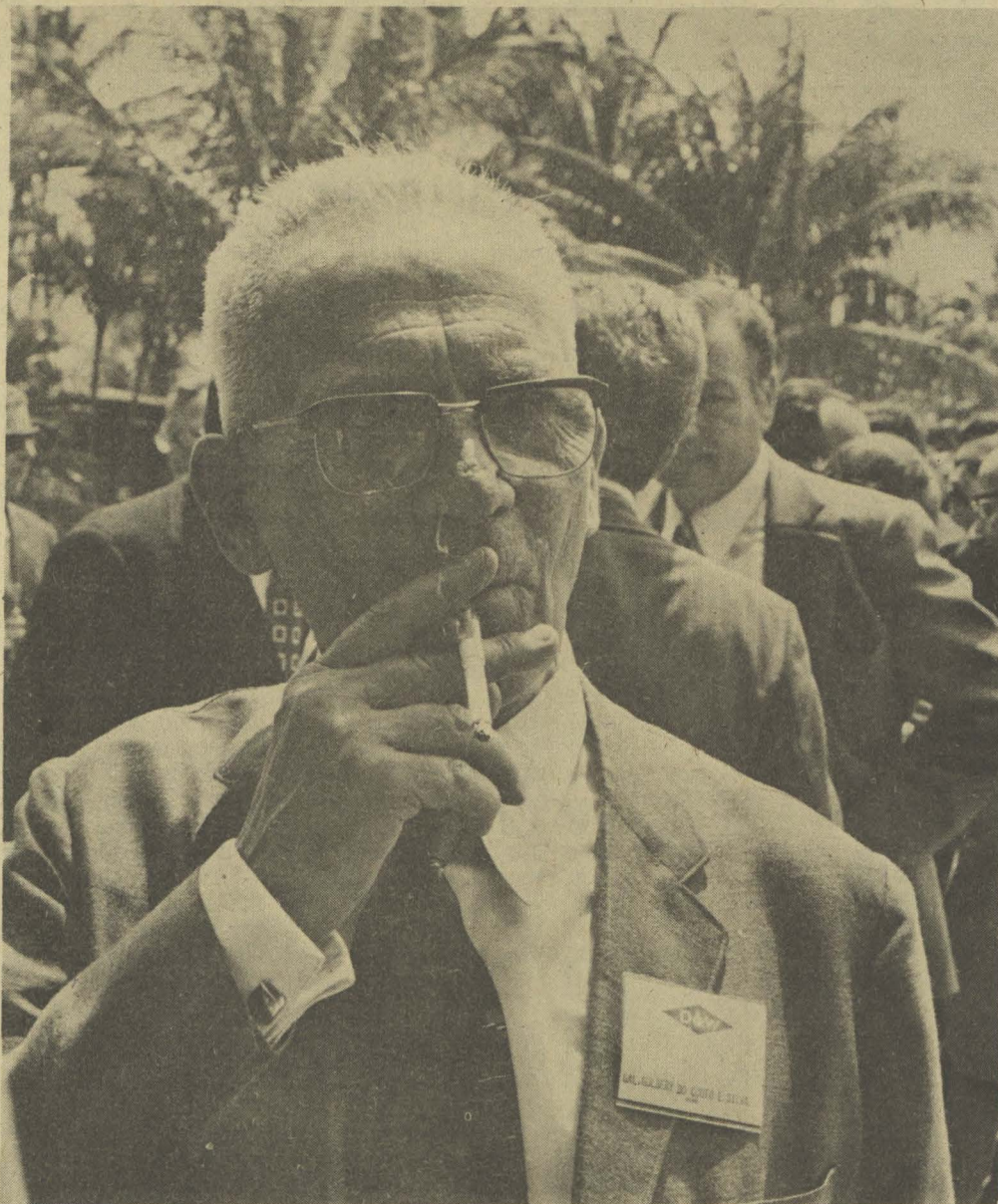
A foto ao lado é um flagrante raro. Mostra o general Golbery, chefe da Casa Civil, tendo na lapela o distintivo dos seus patrões da Dow Química, a empresa americana que meteu a mão na nossa petroquímica. Enquanto isso, outro ministro de Figueiredo, o coronel Cals, abre todo o território nacional para as multas explorarem petróleo onde quiserem. Contra tanto entreguismo os operários petroleiros propõem uma ampla frente de oposição sob o lema "O Petróleo é Nosso!"

"Fazemos a defesa da Petrobrás não por sermos empregados dela, mas por uma questão de soberania nacional. Estamos para nos reunir com todos os sindicatos petroleiros do país, para elaborarmos uma campanha nacional e alertarmos o povo brasileiro contra a entrega do petróleo ao capital estrangeiro". A frase é de Pedro Sampaio, do Sindicato de Cubatão (SP), ouvido pela Tribuna Operária, juntamente com Jacó Bittar, dos petroleiros de Paulínia (SP), e Ronaldo, de Manguinhos (Rio). Os três, assim como todos os operários do petróleo e todos os patriotas brasileiros insistem na necessidade de defender esta riqueza que está sendo entregue de mão beijada.

"Na medida do possível, vamos começar a panfletar o assunto" — diz Bittar. "Estamos junto com os demais sindicatos da área na organização de uma grande campanha popular contra o controle das nossas fontes de energia pelas multinacionais", acrescenta Ronaldo petroleiro. No dia 26 de fevereiro haverá uma reunião dos 16 sindicatos dos trabalhadores do petróleo de todo o país, no Rio de Janeiro. Espera-se a adoção de medidas concretas em comum.

Plano sinistro

A ameaça que pesa sobre o petróleo brasileiro faz parte de um plano sinistro, elaborado pelos grandes monopólios petrolíferos mundiais e posto em prática através da própria Petrobrás.



Golbery em flagrante: testa de ferro de um monopólio americano

Mas ultimamente a ameaça tornou-se iminente. O monopólio nacional do petróleo e da energia está sendo cercado por todos os lados, tomado de assalto.

Na área da extração, Figueiredo resolveu que os contratos de "risco" assinados desde o período de Geisel eram pouco "atraentes". E, para "atrair" mais capitalistas estrangeiros, resolveu apelar. Agora as multinacionais poderão procurar óleo em qualquer parte do território ou da plataforma continental do país. E o que é pior, terão participação aberta na exploração dos poços, recebendo como acharem melhor: em dinheiro ou em petróleo mesmo.

Na área da industrialização, a Dow Química acaba de ganhar uma pendência de seis anos. Conseguiu que o governo aprovasse seu projeto em Camaçari, Bahia. Um projeto cem por cento americano, condenado como antinacional até por entreguistas tão notórios como o jornal "O Estado de S. Paulo".

Na área do Proálcool, tão louvado pelo governo como "a solução brasileira para a crise energética", a situação não é

melhor. A produção de cana e a destilação de álcool combustível também foram abertas ao capital estrangeiro.

Isso para não falar do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, nem da construção de hidroelétricas para fornecer energia a multinacionais abaixo do preço de custo.

Culpa do regime militar

A situação chegou a este ponto devido à orientação antipatriótica seguida pela ditadura de 1964. "De 64 para cá a Petrobrás passou a ser um instrumento da ditadura" — assinala Bittar. Uma das primeiras medidas de Castelo Branco, lembra Sampaio, foi devolver aos estrangeiros a refinaria de Manguinhos, nacionalizada por Goulart, para depois comprá-la de volta por uma soma que até hoje o povo desconhece.

Nas mãos de gente como Geisel e Ueki, a Petrobrás desnaturou-se. Abandonou na prática o esforço para encontrar petróleo no Brasil. Quando veio a crise energética, a saída que a ditadura



César Cals, o ministro que entrega o petróleo e ainda dá risada



Olho vivo, senão o regime militar termina entregando de vez o país

encontrou foi criar os contratos de "risco". As multinacionais, sabendo com quem lidavam, ficaram ainda à espera de novas concessões. E realmente elas chegaram, agora sob a forma dos contratos "mais atraentes" que César Cals decidiu adotar.

A conclusão natural disso tudo só pode ser uma: o regime militar é o grande culpado pela entrega do petróleo nacional. E a nova campanha "O Petróleo é Nosso", agora lançada, dirige-se ao mesmo tempo contra o capital estrangeiro e contra o regime vende-pátria.

Missão de honra

É sintomático que a primeira reação seria à entrega do petróleo, desta vez, tenha partido dos operários do setor.

Os operários brasileiros não são apenas o setor mais atuante na defesa de seus interesses econômicos. Avançam também na compreensão de sua força política. Passam a compreender melhor seu objetivo histórico, de libertar toda a sociedade da escravidão capitalista. E ao

mesmo tempo assumem com energia renovada as tarefas atuais, da luta democrática e antiimperialista.

A defesa do petróleo é um bom exemplo: é uma luta de caráter patriótico, voltada contra o capital estrangeiro. Interessa a toda a nação brasileira, com exceção apenas dos Golbery do Couto e Silva e outros que se colocaram a soldo das multinacionais. Apesar disso, ou melhor, por isso mesmo, cabe à classe operária a missão honrosa de chefiar a batalha do "O Petróleo é Nosso".

Com os operários na frente, fica garantida a condução segura da campanha. Sem eles, corre-se o risco de acabar novamente onde acabou a Petrobrás. Ela foi criada graças a uma campanha patriótica que levantou o Brasil em peso, custou sacrifícios, inclusive de vidas. Mas terminou sabotada por dentro e transformada no oposto do que deveria ser. Faltou a orientação consequente, firme, que só pode vir do proletariado, quando ele se coloca à frente do povo e resolve o problema-chave do poder político.

O problema iugoslavo

A imprensa mundial tem falado com insistência no perigo de uma agressão à Iugoslávia, depois da morte de Tito. Como de hábito, as duas superpotências trocam acusações. Os Estados Unidos alertam para o perigo soviético, e vice-versa.

O fato é que a precária independência iugoslava corre perigo. O país dedica-se desde 1948 ao perigoso jogo de flertar ao mesmo tempo com diversas potências imperialistas, aparece como campeão dos "não-alinhados", mas deve 10 bilhões de dólares ao capital estrangeiro. Além disso, trata-se de um Estado multinacional, onde vivem povos distintos, falando línguas diferentes e separados por antigas e novas disputas. E, como se isso não bastasse, o "socialismo autogestionário" inventado por Tito criou sérios problemas sociais: 700 mil desempregados, outros tantos obrigados a emigrar, inflação elevada e concentração de renda cada vez maior.

Até hoje Tito tratou esses problemas com panos quentes. Mas, agora que o velho líder (87 anos) agoniza, teme-se pelo pior. Há o risco de interferências diretas de Washington ou Moscou.

Há, porém, um elemento que atrapalha os planos das superpotências: a tradi-



Bloco da OTAN Pacto de Varsóvia

cional combatividade do povo iugoslavo. Esta tradição, que vem de séculos, teve seu ponto alto na resistência contra a Alemanha nazista durante a II Guerra Mundial. E está profundamente enraizada na consciência popular. E o grande fator capaz de conter os apetites dos soviéticos, com seu Pacto de Varsóvia, e dos americanos, com sua Aliança Atlântica. Qualquer agressor encontraria nos iugoslavos uma resistência encarnizada. E provavelmente teria o mesmo destino inglório, das tropas de Hitler, derrotadas por uma guerra de guerrilhas fortemente apoiada no povo.

Política de blocos tem cheiro de guerra

De 1914 a 1918, 17 milhões de pessoas morreram devido à primeira guerra mundial entre dois blocos imperialistas (a Tríplice Aliança, da Alemanha, Áustria e Itália, e a Tríplice Entente, da Inglaterra, França e Rússia). Em 1939 começou nova guerra interimperialista, que fez mais de 40 milhões de vítimas, entre soldados e civis. Hoje, mais uma vez, duas grandes potências, a URSS e os Estados Unidos, tratam de constituir blocos político-militares para se enfrentarem entre si.

Os Estados Unidos rejeitaram as conversações SALT-2, suspenderam as negociações para a redução de tropas na Europa e iniciaram contatos diplomáticos e militares com vários países, principalmente os da Europa Ocidental, o Japão e a China.

Os soviéticos dizem que iniciaram uma "ofensiva de paz". Mas na prática fazem a guerra no Afeganistão, enquanto aceleram sua produção de armamentos, estoques de mísseis estratégicos e aumentam as rédeas do Pacto de Varsóvia. Sob o pretexto das superpotências, os

outros países que "contam" na disputa, e também os periféricos, vão definindo e/ou redefinindo posições. A Inglaterra já anunciou que está com os Estados Unidos. A China, nem se fala. Os governos da França e da Alemanha Ocidental divulgaram uma declaração conjunta dizendo que "a distensão tornou-se mais difícil e incerta devido à invasão do Afeganistão" e ameaçando responder com a força a qualquer "futuro aventureirismo soviético".

Logo depois, porém, a França anunciou que não participaria de uma conferência do bloco ocidental, proposta pelos americanos. E a Alemanha também moderou-se, lembrando aos seus parceiros de Washington que a União Soviética é um grande comprador de produtos alemães.

Nessas marchas e contramarchas, sente-se o cheiro da política de blocos, a mesma que precedeu as duas guerras mundiais. Os preparativos militares para um conflito também são visíveis a olho nu. O perigo, se não é iminente, é real. E está aumentando.



A repressão, uma constante no Continente.



A Nicarágua vitoriosa também pede apoio

Apoio aos povos latino-americanos

Não é só o Brasil, mas toda a América Latina que sofre sob ditaduras militares e fascistas

Encontro na Costa Rica denuncia violações sem conta dos direitos humanos no Continente

Solidariedade internacional é tarefa atual e importante

"Vinte e dois mil "desaparecidos"; 80 mil mortos; 1 milhão e 500 mil exilados". É este o quadro da Argentina atual, apresentado no recente encontro da Anistia Internacional sobre os direitos humanos na América Latina. A Argentina é o caso mais grave, mas a tendência é mais ou menos a mesma em todo o Continente.

Rotina generalizada

No Chile existem 1500 "desaparecimentos" documentados pela Anistia. O número total é calculado em 2500. No Uruguai o primeiro de uma série de mais de cem "desaparecimentos" data de 1974. As vítimas: um jovem casal e seu filho de três anos. Os cadáveres dos pais foram achados depois na periferia de Montevideo. A criança desapareceu. No Paraguai havia 20 "desaparecidos" em 1977. O general Stroessner libertou um e silenciou sobre os demais. Na Guatemala os assassinados e "desaparecidos" desde 1966 sobem a 20 mil.

Realidade conhecida

Esta realidade é bem conhecida dos brasileiros. Os números da ditadura brasileira talvez sejam mais modestos que os da Argentina: "apenas" 170 "desaparecidos", 300 mortos, de 50 a 100 mil torturados. Mas em compensação os militares brasileiros arcam com a responsabilidade extra de terem servido de

modelo e "exportado" técnicas de tortura para várias ditaduras vizinhas.

O alvo principal

Os trabalhadores da cidade e do campo são o alvo principal, o inimigo número um das ditaduras militares na América Latina.

Por isso o encontro de Costa Rica contou com uma presença operária e camponesa significativa. Participaram dele sindicalistas da República Dominicana, Guatemala, Equador, Colômbia, Peru, Chile, Uruguai. E a subcomissão sindical destacou que "as organizações sindicais classistas, democráticas e independentes poderiam servir de magníficos auxiliares na defesa dos direitos humanos".

Exceção à regra

A Nicarágua, liberta pelo povo da ditadura somozista, foi a maior vitória recente da causa dos direitos democráticos no Continente. Mesmo sendo ainda uma exceção, tem a força do exemplo. Ali passou a existir liberdade de fato. Os tiranos de ontem estão sendo julgados em praça pública, por tribunais democráticos, em sessões convocadas pelos jornais.

Por iniciativa da delegação brasileira, o encontro de Costa Rica aprovou uma moção de apoio à Nicarágua sandinista, por seu respeito aos direitos humanos.

O encontro da Anistia lançou as bases

de uma organização latino-americana independente dos governos, para defender os direitos do homem. Propôs a candidatura das mães dos "desaparecidos" argentinos ("As mães da Praça de Maio") ao Prêmio Nobel da Paz de 1980. Sugeriu a formação de comitês de solidariedade ao povo de El Salvador.

Dever de apoiar

São tarefas que hoje ganham nova importância no Brasil. Durante todos estes anos negros os brasileiros contaram com o apoio ativo de seus irmãos e vizinhos. No Chile, Argentina, Uruguai e outros países, sempre que houve condições houve também ações de massa, comitês e órgãos de imprensa voltados para essa missão.

Agora chegou o momento de retribuir. O movimento operário, popular e democrático já conquistou no Brasil posições que permitem um apoio mais efetivo à luta comum que se desenvolve nos demais países do Continente. E este apoio tem seu peso. Pode auxiliar nossos irmãos argentinos, uruguaios e chilenos a enfrentar e vencer seus generais fascistas. Pode servir de retaguarda aos povos de El Salvador, Guatemala e outros nas batalhas decisivas que se avizinharam. Pode ajudar a Nicarágua liberta. E toda uma frente de atividade que se abre, colocando novas tarefas para os democratas brasileiros e em primeiro lugar para os trabalhadores.